



Número: **0831501-75.2019.8.20.5001**

Classe: **APELAÇÃO CÍVEL**

Órgão julgador colegiado: **Terceira Câmara Cível**

Órgão julgador: **Gab. Des. João Rebouças na Câmara Cível**

Última distribuição : **28/04/2021**

Valor da causa: **R\$ 1.000,00**

Processo referência: **0831501-75.2019.8.20.5001**

Assuntos: **Seguro obrigatório - DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
FLAVIO LUIZ DA SILVA (APELANTE)		CLAUDIMIR JOSE FERREIRA VELHO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (APELADO)		ANTONIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR (ADVOGADO)	
EUCIMAR PEREIRA GUIMARAES (TERCEIRO INTERESSADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
9465995	22/07/2019 12:55	Petição Inicial	Petição Inicial
9465996	22/07/2019 12:55	RG CPF e Procuração	Documento de Identificação
9465997	22/07/2019 12:55	Comprovante de residência e Requerimento Administrativo	Requerimento Administrativo
9465998	22/07/2019 12:55	BO e declaração	Outros documentos
9465999	22/07/2019 12:55	Prontuarios médicos compressed	Outros documentos
9466000	31/07/2019 17:20	Despacho	Despacho
9466001	06/08/2019 07:55	Intimação	Intimação
9466002	06/08/2019 09:39	Citação	Citação
9466003	08/08/2019 15:39	Intimação	Intimação
9466004	13/08/2019 16:45	Diligência	Diligência
9466005	13/08/2019 16:45	Image_00074	Certidão
9466006	28/08/2019 08:44	Diligência	Diligência
9466007	28/08/2019 08:44	Image_09056	Outros documentos
9466008	28/08/2019 13:26	Petição	Petição
9466009	28/08/2019 13:26	FLAVIO LUIZ DA SILVA - REMARCAR	Outros documentos
9466010	02/09/2019 15:04	Contestação	Contestação

94660 11	02/09/2019 15:04	2638474_CONTESTACAO_01	Contestação
94660 12	02/09/2019 15:04	2638474_CONTESTACAO_Anexo_01	Outros documentos
94660 13	11/09/2019 16:16	Petição	Petição
94660 14	11/09/2019 16:16	2638474_JUNTADA_DE_HONORARIOS_PERICIAIS_JUR_01	Outros documentos
94660 15	11/09/2019 16:16	2638474_JUNTADA_DE_HONORARIOS_PERICIAIS_JUR_Anexo_01	Outros documentos
94660 16	28/10/2019 10:56	habilitacao	Petição
94660 17	16/12/2019 14:17	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
94660 18	16/12/2019 14:19	Intimação	Intimação
94660 19	12/03/2020 14:18	Certidão	Certidão
94667 20	12/03/2020 15:09	Certidão	Certidão
94667 21	28/04/2020 10:30	Despacho	Despacho
94667 22	25/06/2020 16:27	Intimação	Intimação
94667 23	12/08/2020 15:21	Petição	Petição
94667 24	12/08/2020 15:21	2638474_PET_PROSSEGUIMENTO_DO_FEITO_01	Outros documentos
94667 25	06/11/2020 10:11	Certidão	Certidão
94667 26	06/11/2020 16:14	Sentença	Sentença
94667 27	06/11/2020 16:20	Intimação	Intimação
94667 28	06/11/2020 16:20	Intimação	Intimação
94667 29	12/11/2020 11:18	Apelação	Apelação
94667 30	13/01/2021 12:55	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
94667 31	13/01/2021 12:56	Intimação	Intimação
94667 32	25/01/2021 15:08	Contrarrazões	Contrarrazões
94667 33	25/01/2021 15:08	2638474_CONTRARRAZOES_DE_RECURSO_01	Petição
94667 34	25/01/2021 15:12	Substabelecimento	Substabelecimento
94667 35	25/01/2021 15:12	Substabelecimento ANTONIO - Fernanda novo	Substabelecimento
94667 36	28/04/2021 14:38	Certidão	Certidão
94707 80	28/04/2021 21:37	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
94943 13	30/04/2021 13:48	Parecer	Parecer
10007 211	21/06/2021 21:52	Acórdão	Acórdão
97798 68	21/06/2021 21:52	Ementa	Ementa
97798 67	21/06/2021 21:52	Voto do Magistrado	Voto
97798 66	21/06/2021 21:52	Relatório	Relatório

V & V

VELHO & VELHO ADVOCACIA

CLAUDIMIR JOSÉ FERREIRA VELHO

EXCELENTÍSSIMO SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DE UMA DAS VARAS CIVEIS DA COMARCA DE NATAL, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE/RN, A QUEM COUBER POR DISTRIBUIÇÃO LEGAL.

FLAVIO LUIZ DA SILVA, brasileiro, solteiro, portador do CPF: 060249614-48, RG nº : 2.489.612 ITEP /RN , residente e domiciliado à Rua Vereador Cícero Carlos de Lima, nº 280, Paulo barbalho/Novo Horizonte-Goianinha/RN CEP:59 173-000, vem por seu advogado, conforme procuração anexada (doc. 01), a presença de Vossa Excelência apresentar:

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) NOS TERMOS DA LEI Nº 6.194/74, ALTERADA PELA LEI Nº11.482/07 E Nº 11.945/2009

Em desfavor da **PORTO SEGURO CIA. DE SEGUROS GERAIS**, pessoa jurídica de direito privado, com personalidade jurídica própria, com inscrição do CNPJ sob o nº 02.149.205/0001-68, com endereço para receber citação e intimação na Avenida Prudente de Moraes, 4055, Lagoa Nova, Natal/RN. CEP: 59056-200, pelas razões fáticas e jurídicas que passo a expor:

I-DA JUSTIÇA GRATUITA

1. Requer, inicialmente, que Vossa Excelência defira os benefícios da Justiça Gratuita, com fulcro na lei 1.060/50, com alterações produzidas pela lei 7.510/86, por não poder arcar com as devidas custas processuais sem que ocorra dano ao seu sustento e de sua família.
2. A parte autora não tem interesse na audiência de conciliação

II-DA COMPETÊNCIA



1. A jurisprudência do STJ consolidou o entendimento de que as ações de reparação de dano sofrido em razão de acidente de veículos, inclusive

em se tratando de seguro obrigatório - DPVAT podem ser ajuizadas **por faculdade do autor**, conforme **prevista no art. 53, V do CPC**.

Neste sentido:

"PROCESSO CIVIL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO POR DANOS DECORRENTES DE ACIDENTE DE TRÂNSITO. ARTS. 53, V DO CPC.

“É competente o foro do domicílio do autor ou lugar do fato para as ações que visam à reparação por dano sofrido em razão de delito ou acidente de veículo, aí incluída as aeronaves. A opção é do demandante.

2. Assim, fica claro que nas Ações decorrente de Acidente de trânsito é competente **o foro do domicílio do Autor**, conforme **art. 53,V, CPC**.

III-DOS FATOS E DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

1. O fato ocorreu no dia **29 de junho de 2018** , conforme boletim de ocorrência em anexo (doc. 02).

1. Cabe ressaltar, Excelência que o autor requereu administrativamente mas nada recebeu , conforme requerimento administrativo em anexo..

1. O referido acidente automobilístico resultou em **lesão palmar da mão esquerda , tendo o mesmo se submetido à intervenção cirúrgica. (doc. 3)**

1. A Suplicante, munido de documentação necessária a que alude ao acidente automobilístico, vem requer o que de direito, qual seja uma diferença do **seguro DPVAT**.

IV DA LEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM:



1. No caso em tela, é de direito do Autor perceber uma indenização por danos pessoais, ante ao seu gravíssimo estado de saúde, ou melhor, devido aos danos causados pelo acidente, visto que **lesão palmar da mão esquerda, tendo o sinistrado se submetido à intervenção cirúrgica (doc. 3)**

2. O art.7º da Lei nº 6.194/74, por seu turno, determina que, em se tratando de seguro denominado DPVAT, pelo fato de existir consórcio, obrigatoriamente, constituído por todas as seguradoras que realizam operações referentes a seguro, qualquer seguradora conveniada ao tal consórcio será legítima para figurar no polo passivo que vise o recebimento de indenização relativa ao seguro obrigatório.

3. A referida matéria também é totalmente pacificada pela doutrina e jurisprudência dominante, que entendem que qualquer seguradora que faça parte do Consórcio do Seguro DPVAT S/A constitui-se parte legítima para o pagamento do seguro obrigatório, dentre elas a Demandada, ora ré.

4. Quanto a legitimação passiva, mostra-se dirimida qualquer sombra de dúvidas, de sorte que qualquer seguradora, que atue no Consórcio do Seguro DPVAT, formados pela reunião das empresas seguradoras e geridos pela seguradora Líder, poderá compor o polo passivo da demanda, como instituição obrigada a compor e efetuar o pagamento do seguro obrigatório em questão.

V-DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA O RECEBIMENTO DA INDENIZAÇÃO:

1. Anota o Art.5.º da Lei 6.194/74 que o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, vejamos, independentemente da existência de culpa, sendo abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

1. Destarte, o §1.º, “a” do mesmo artigo, alterado pela Lei 8.441/92. Assevera que a indenização será paga mediante a apresentação da certidão de óbito, registro de ocorrência no órgão policial competente e prova de qualidade de beneficiários em caso de morte.

1. Reforçando a ideia do artigo acima citado pontifica o art. 7.º Caput, da Lei 6.194/74 estabelecendo que a indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado será pago nos mesmos valores, condição e prazo dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei.



1. Assim, não há que se fazer qualquer prova relativa ao pagamento do Prêmio do seguro obrigatório, bastando, apenas, a prova da existência do fato e suas consequências danosas.

1. Independente do pagamento do prêmio do seguro obrigatório. A propósito, vale destacar que a matéria já se encontra até sumulada na corte do Superior Tribunal de Justiça. Vejamos:

“STJ. Súmula 257: A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIAS TERRESTRES (DPVAT) não é motivo para recusa do pagamento da indenização”.

1. Sendo assim, e incontroverso a concepção atual da doutrina e jurisprudência no sentido de tão somente exigir prova de fato e suas consequências danosas, nada mais sendo necessário, inclusive o pagamento do prêmio.

VI-DO QUANTUM INDENIZATÓRIO

1. A vigente redação da Lei nº 6.194/74 resultado das modificações oriundas das medidas Provisórias nº 340/2006 (convalidada pela Lei nº 11.482/2007) e nº 451/2008 (Lei nº 11.945/2009), dispõe que o seguro DPVAT destina-se a indenizar os danos por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica nos valores conforme as regras estabelecidas na tabela constante no dispositivo legal supracitado, valor este aferido através de perícia Judicial.

1. Quanto ao valor da causa, cabe ressaltar Vossa Excelência, que o valor recebido pelo autor, a título de indenização do seguro DPVAT, caso haja procedência do pedido, o mesmo só será aferido após a realização da perícia médica. Verifica-se que a parte autora inseriu o valor da causa à quantia de R\$ 1.000,00 (um mil reais) , mas vale salientar que, só após a perícia médica, é que será aferido o valor da indenização, que teoricamente seria o valor da causa, conforme tabela própria da Seguradora Líder.

VII-DAPERÍCIA

1.

1.

1.



1. Se o douto (a) julgador (a) entender a necessidade que a Autora seja submetido a uma perícia, segue os quesitos que deverão ser respondidos pelo (o) perito (a):

1. Quais as lesões sofridas pelo Autor?
2. As lesões decorreram de acidente de trânsito?
3. Dessas lesões resultou debilidade permanente de membros, sentido ou função; incapacidade permanente para o trabalho, enfermidade incurável; perda ou inutilização de membro, sentido ou função; deformidade permanente?
4. Total ou em parte? Havendo, em que percentual?

VIII- DOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIAS

Requer ainda, que seja determinado por Vossa Excelência, **a retenção do percentual de 20% (Vinte por cento), referente aos honorários advocatícios sucumbenciais, , expedindo o competente alvará em nome do advogado ora constituído**, com fulcro no art 22, § 4, da Lei 8.906/94, e artigo 85 do CPC.

VIII-DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer:

1. Que sejam deferidos os benefícios da justiça gratuita, conforme Lei nº 1.060/50 e art. 98 do CPC.
1. Determinar a citação da Ré no endereço acima declinado, para que a mesma compareça à Audiência de Conciliação, produzindo a sua defesa, querendo, sob pena de ser decretada a sua revelia e as penalidades decorrentes de tal fato.
1. Entendendo Vossa Excelência necessidade de uma perícia, que sejam respondidos os quesitos do item VII.



1. Julgar a Demanda **PROCEDENTE EM SUA TOTALIDADE**, condenando a Ré a pagar ao Autor uma indenização por invalidez , conforme Laudo Pericial, aplicando a Tabela do seguro DPVAT , acrescido de juros de mora e correção monetária, em conformidade com as Súmulas 43 e 54 do Colendo Superior Tribunal de Justiça.
2. Requer ainda, que seja determinado por Vossa Excelência, **a retenção do percentual de 20% (Vinte por cento), referente aos honorários advocatícios sucumbenciais, , expedindo o competente alvará em nome do advogado ora constituído**, com fulcro no art 22, § 4, da Lei 8.906/94, e artigo 85 do CPC.

1. Protesta provar por todos os meios de prova em direito admitidas, especialmente prova documental e depoimento pessoal do preposto da Ré, ulterior juntada de documentos e oitivas de testemunhas, se entenderem necessário.
2. A parte autora não tem interesse na audiência conciliatória.

Dá-se a causa o valor de até **R\$ 1.000,00**(Um mil reais).

Nestes Termos,

Pede e espera deferimento.

Natal, 22 de julho de 2019.

CLAUDIMIR JOSE FERREIRA VELHO

OAB/RN 7.268





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL
INSTITUTO TECNICO CIENTIFICO DE POLICIA
COORDENADORIA DE IDENTIFICACAO



POLEGAR DIREITO



ASSINATURA DO TITULAR
Flavio Luiz da Silva

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
REGISTRO GERAL 2.489.612
DATA DE EXPEDIÇÃO 04/06/2003
1.ª VIA
NOME FLAVIO LUIZ DA SILVA

FILIAÇÃO
DAVI LUIZ DA SILVA
TEREZINHA ANSELMO DO NASCIMENTO

NATURALIDADE
05/05/1987

ARES RN
DOC. ORIGEM

CERT. NASC. Nº 005513 L. 0012 F. 123
ESPÍRITO SANTO RN
01 CARTORIO

Flavio Luiz da Silva
Diretor-Geral
LEI Nº 7.112/71

DIPIFORM PONTUALINHO E SERVIÇOS LTDA

Cartão de uso pessoal e intransferível.
Deve ser apresentado junto com um documento de identidade.

Emissão
Junho/2003

CORREIOS
WWW.CORREIOS.COM

ARUANA SEGURANÇA
20 SET 2003

MINISTERIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas
Número de inscrição
060.249.614-48

Nome
FLAVIO LUIZ DA SILVA

Nascimento
05/05/1987



L & V

LINS & VELHO ADVOCACIA

CLAUDIMIR JOSÉ FERREIRA VELHO

PROCURAÇÃO PARTICULAR

OUTORGANTE: Nome **FLAVIO LUIZ DA SILVA**, brasileiro MOTO TAXI, portador do CPF;06024961448 portador do RG2489612- ITEP / RN, residente e domiciliado a Rua , Vereador cicero carlos de lima , BAIF ,Novo Horizonte Paulo Barbalho 280, GOIANINHA RN , CEP;59173000 ,TEL84992083341

OUTORGADOS: **CLAUDIMIR JOSE FERREIRA VELHO**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/RN sc nº 7268, com escritório profissional a Rua JOAO PAULO ,267,EDIFICIO CIDADE DO NATAL ,SALA 120 ,CIDA ALTA,NATAL -RN .CEP ;59025500

1. **PODERES:** A quem concedo (emos) amplos, limpos e ilimitados poderes, para em conjunto ou separadamente, no foro em geral, perante qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, propor quaisquer medidas preliminares preventivas ou assecuratórias dos nossos direitos e interesses, usando, para tanto, os poderes da cláusula "AD JUDICIA E T EXTRA" e mais os especiais para transpor compromissos, fazer acordo, dar quitação, representarmos juntos as repartições Públicas Estaduais, Municipais, Federais, Autárquicas e Sociedades de Economia Mista, praticando todos os atos de representação e defesa judiciais e extrajudiciais, perante quaisquer pessoas físicas em geral, e, finalmente, praticar todos os atos que se tornem mister para o fiel e completo desempenho deste mandato, inclusive interpor, total ou parcialmente, receber, dar quitação, bem com ou sem reservas de poderes, o que tudo darei (emos) por bom firme e valioso.
- PODERES ESPECÍFICOS:** A presente procuração outorga aos advogado acima descrito, os poderes especiais para receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre se funda a ação, firmar compromissos ou acordos, receber valores, dar e receber quitação, receber e dar quitação, levantar ou receber RPV e ALVARÁS, pedir a justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica, em conformidade com a norma do art. 105 da Lei 13.105/2015.

CONTRATANTE DE HONORARIOS ;ACORDAM APARTES QUE O OUTORGANTE ARCARA COM OS HONORARIOS NO PERCENTUAL DE 30% (TRINTA POR CENTO) AO OUTORGADO ,DO VALOR PERCEBIDO POR AQUELE A QUALQUER TITULO ,POR CONDENAÇÃO OU ACORDO ENTRE PARTES .

NATAL RN _____ de _____ 201 _____

Flavio Luiz da Silva

Rua JOAO PESSOA ,267,EDIFICIO DO NATAL,SALA 120,CIDADE ALTA , NATAL -RN CEP;59025500

Fone/Fax (84) 3272-6277 - 99969-7011 - 98788-4353

Email: dpvatlv@yahoo.com.br





Tarifa Social de Energía Eléctrica: Citada pela Lei 10.438, de 20/07/04

MARIA APARECIDA LUCAS DA SILVA

CPF: 751.119.424-91 NIS: 16379818732

**BRASIL
RESIDENCIAL
BAIXA RENDA COM NIS
Monofásico**

Nº DA NOTA FISCAL 010254899	SÉRIE UNICA	EMISSÃO 02/08/2018
--------------------------------	----------------	-----------------------

APRESENTAÇÃO 02/08/2018	Nº DO CLIENTE 3010151748	Nº DA INSTALAÇÃO 281226
----------------------------	-----------------------------	----------------------------

CONTA CONTRATO	7001167183	MES/ANO	08/2018
DATA DE VENCIMENTO	09/08/2018	DATA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO	03/09/2018
TOTAL A PAGAR (R\$)	5,78		

RUI FERREZ DA SILVA
 280
 PAULO BARBALHO/NOVO HORIZONTE
 GOIANINHA/RN
 59173-000

Consumo Ativo até 30 kWh
Acréscimo Bandeira VERMELHA

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL	QUANTIDADE	PREÇO (R\$)	VALOR (R\$)
	30,0000000	0,17419862	5,2259586
			0,56

TOTAL DA FATURA

5.78

DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL						CONSUMO (KG/M)
Nº DO MEDIDOR	TIPO DA FUNÇÃO	DATA CONTAGEM	ANTERIOR	ATUAL	INTE CONSTANTE	AJUSTE
21703865	CAI	08/07/2016	0,00	0,00	1,00000	0,00

INNOVATION IN CONSUMING

INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS

Estuaries also have

APR 20 2018





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 01 de Março de 2019

Nº do Pedido do
Seguro DPVAT: 3190162703

Vítima: FLAVIO LUIZ DA SILVA

Data do Acidente: 29/06/2018

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: WELLITON JOSE GADELHA FARIAS II

Assunto: PEDIDO DO SEGURO DPVAT NEGADO

Senhor(a), FLAVIO LUIZ DA SILVA

Após a análise dos documentos apresentados no pedido do Seguro DPVAT, a indenização foi negada, conforme esclarecemos:

Foi verificado que o dano pessoal evoluiu sem sequela definitiva, razão pela qual não foi caracterizada a invalidez permanente coberta pelo Seguro DPVAT.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, acesse o nosso site para maiores orientações.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Carta nº 14017832

Pag. 00319/00320 - carta_04 - INVALIDEZ





Govorno do Estado do Rio Grande do Norte
Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social
Polícia Civil
Delegacia Eletrônica



BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Unidade Policial: DELEGACIA MUNICIPAL DE GOIANINHA
Endereço: RUA PROF. JOÃO TIBUCIO, 141, CENTRO, GOIANINHA

1. IDENTIFICAÇÃO DO BOLETIM

1.1 Protocolo: J2018087001244

1.3 Tipo: ACIDENTE DE TRÂNSITO COM DANO

1.2 Data de Expedição: 18/09/2018 16.22.52

1.4 Ligu CIOSP: Não

2. DADOS DO LOCAL DO FATO

2.1 Data/Hora do Fato: 29/06/2018 03.00.00

2.3 Fato: Consumado

2.5 Meio(s) empregado(s): Veículo

2.6 Tipo do local: Via Pública

2.8 Número: S/N

2.10 Complemento:

2.12 Bairro: NÃO INFORMADO

2.14 Estado: RIO GRANDE DO NORTE

2.2 Autoria: Desconhecida

2.4 Flagrante: Não

2.7 Logradouro: MARGINAL DA BR 101 " EM FRENTE A BORRACHARIA DO 18" GOIANINHA RN

2.9 CEP:

2.11 Ponto de Referência:

2.13 Cidade: GOIANINHA

3. DADOS PESSOAIS DO COMUNICANTE (PESSOA FÍSICA)

3.1 Nome Completo: FLAVIO LUIZ DA SILVA

3.3 Nome Social:

3.5 Etnia: Parda

3.7 Sexo: MASCULINO

3.9 CPF:

3.11 Nacionalidade:

3.13 Profissão: AUTONOMO

3.15 Telefone(s): 84 992083341

3.17 Número: 280

3.19 Bairro: NOVO HORIZONTE 2

3.21 Estado: RIO GRANDE DO NORTE

3.23 Cidade: GOIANINHA

3.2 Estado civil: Casado(a)

3.4 Pai:

3.6 Mãe: TEREZINHA ANSELMO DO NASCIMENTO

3.8 Orientação Sexual:

3.10 Identidade de Gênero:

3.12 Data de Nascimento: 05/05/1987

3.14 RG: 2489612

3.16 Passaporte:

3.18 Naturalidade: ARES RN

3.20 E-Mail:

3.22 Logradouro: VER CÍCERO CARLOS DE LIMA

3.24 CEP:

4. DADOS PESSOAIS DA(S) VÍTIMA(S)

4.1.1 O DECLARANTE É A PRÓPRIA VÍTIMA

5. DADOS PESSOAIS DO(S) ACUSADO(S)

5.1.1 Nome Completo: A ESCLARCE

5.1.3 Nome Social:

5.1.5 Estado civil:

5.1.7 Etnia:

5.1.9 Data de Nascimento:

5.1.11 RG: Não informado

5.1.13 Profissão:

5.1.15 Passaporte:

5.1.17 Características:

5.1.18 Logradouro:

5.1.19 Número:

5.1.21 Bairro:

5.1.23 Estado:

5.1.2 Alcinha:

5.1.4 Pai:

5.1.6 Mãe:

5.1.8 Identidade de Gênero:

5.1.10 Orientação Sexual:

5.1.12 Sexo: NÃO IDENTIFICADO / SEM INFORMAÇÃO

5.1.14 CPF:

5.1.16 Nacionalidade:

5.1.20 CEP:

5.1.22 Cidade:

6. DADOS PESSOAIS DA(S) TESTEMUNHA(S)

(NÃO FORAM INCLuíDAS TESTEMUNHAS)

7. VEÍCULO(S) ENVOLVIDO(S)

7.1.1 Segurado: Não

7.1.3 Chassi: *****19201

7.1.5 Placa: NNX5153

7.1.7 Marca: HONDA

7.1.9 Ano do Modelo: 2012

7.1.11 Cor do veículo: PRETA

7.1.13 Nota Fiscal:

7.1.15 Nome do proprietário: MARCOS ANTONIO PINTO DA SILVA

7.1.17 Nome do condutor:

7.1.18 Observações:

7.1.2 Seguradora:

7.1.4 Renavam:

7.1.6 Estado:

7.1.8 Modelo: CG 125 FAN ES

7.1.10 Ano de Fabricação: 2011

7.1.12 Tipo do veículo: MOTOCICLETA

7.1.14 Número do Motor:

7.1.16 Vínculo com a Ocorrência:

8. DADOS DA OCORRÊNCIA

9. DOS FATOS

9.1 Histórico

NARRA A VÍTIMA, QUE NO DIA E HORA DO FATO, CONDUZIA A MOTO ACIMA CITADA, MOMENTO EM QUE AO PASSAR EM UMA LOMBADA, NÃO DIMINUIU A VELOCIDADE POR NÃO TER VISTO A LOMBADA QUE ESTAVA BASTANTE ESCURA! PERDEU O CONTROLE DA MOTO QUE PILOTAVA E VEIO A CAIR NO CHÃO! COM DORES EM SEU BRAÇO ESQUERDO, A VÍTIMA CHEGOU A IR PARA CASA, MAIS QUE NÃO AGUENTANDO DE DORES EM SEU BRAÇO ESQUERDO, PROCUROU ATENDIMENTO MÉDICO NO HOSPITAL MUNICIPAL DE GOIANINHA RN POR VOLTA DAS 06:00 HS DO DIA 29/06/2018. EM SEGUIDA REMOVIDO PARA O HOSPITAL WALFREDO GURGEL - NATAL RN.

9.2 Informações do CIOSP

10. COMPLEMENTOS (ESSE BOLETIM NO FOI COMPLEMENTADO)

11. DECLARAÇÃO

O(s) declarante(s), sob as penas da Lei, confirmam que as informações aqui registradas são verdadeiras.

Data 18/09/2018 16.22.52

ARUANA SEGUROS
20 SET 2018

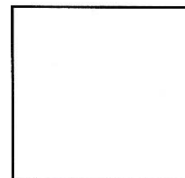
RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DELEGACIA DE POLÍCIA DE GOIANINHA-RN





Policial

Alexsandro das Chagas Soares
Interessado



Polegar direito

Atendimento: 1671952 - Alexsandro das Chagas Soares

Impresso por: 1671952 - Alexsandro das Chagas Soares em 18/09/2018 16:23:00

FINAL DO BOLETIM DE OCORRNCIA

J2018087001244



018087001244 - Cdigo de autenticao: 58fd0f9ab4a1772a5bd242900644e683

Página 2 2



Assinado eletronicamente por: CLAUDIMIR JOSE FERREIRA VELHO - 22/07/2019 12:50:56
<https://pje2g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1907221255030000000009255474>
Número do documento: 1907221255030000000009255474

Num. 9465998 - Pág. 2

Atto declaratório

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que, **FLAVIO LUIZ DA SILVA**, Massariqueiro, Residente e domiciliar, Novo Horizonte, GOIANINHA-RN, deu entrada, No hospital deste município dia 29 Junho 2018, Para atendimento de Urgência, Devido acidente Moto, em seguida foi encaminhado para Hospital Walfredo Gurgel, para atendimento especializado.

GOIANINHA, 17 JULHO DE 2018.


ELIZANGELA SOARES DOS SANTOS
DIREÇÃO GERAL - HMG
CPF: 033.361.714-23

Elizangela Soares dos S. Fonseca
Diretora Geral - HMG
Portaria nº 126/2018 - GP
CPF: 033.361.714-23



RELATÓRIO DE ENFERMAGEM DO CENTRO CIRÚRGICO

NOME Flávio Luiz da Silva Nº REGISTRO 854401
Data Nascimento 05/05/87 IDADE 31 Sexo M LEITO: 2016 Data de Admissão 05/04/18
MÉDICO: Dr. Romulo

ADMISSÃO DO CENTRO CIRURGICO

JEJUM COMPLETO INCLUINDO AGUA? () Não (X) Sim início 22:00 PESO: 89 Kg Altura: 1.75 cm
RETIRADA DE PRÓTESES/ORTESE/ADORNOS: (X) SIM () NÃO
ALERGIAS: (X) NÃO () SIM: _____
DOENÇAS PREGRESSAS: () DM () HAS () TABAGISMO () HIV () Hep B () Hep C () Arritmias () DPOC () AVC ()
Marcapasso () Outros: _____ Medicamentos de uso frequente: NAO FAZ USO
Consentimento Cirúrgico Preenchido () Não (X) Sim
Exames: () Labor (X) Raio x () USG () TC () RNM () Risco cirúrgico Outros: _____
Encaminhado: () Deambulando (X) Cadeira de Rodas () Maca () consciente () Inconsciente () Orientado ()
Desorientado

Anotações de Enfermagem: Paciente a/ lesão expulso próximo ao bexiga do mado

Conferido informação acima por: L Admitido na sala: 01 Hora 16:30

ETAPA I: PRÉ -INDUÇÃO CHECK LIST CIRURGIA SEGURA

Cirurgia Proposta _____

POTENCIAL DE CONTAMINAÇÃO: () Limpa () Contaminada () Potencialmente Contaminada (X) Infectada

1. Equipe completa presente (X) Sim () Não
2. Paciente com identificação e cirurgia confirmada (X)
3. Termo de consentimento (X) Cirúrgico () hemoterapico () não, caso não esteja assinado contatar o médico.
4. Local da intervenção marcado corretamente (X) sim () não () não aplicável
5. Bisturi elétrico disponível e testado (X)
6. Aparelho de Anestesia (X)
7. Equipamento de Vídeo ()
8. Monitor Multi-Parâmetro (X)
9. Saída de: Oxigênio (X) Ar Comprimido () Vácuo ()
10. Aspirador cirúrgico disponível e testado (X)
11. Mesa cirúrgica testada (X)

ARUANA SEGUROS
20 SET 2018



12. Hemoderivados solicitados e reservados () sim () Não () Não aplicável
 13. Paciente tem alergia conhecida () sim () não
 14. Aparelho de anestesia testado () sim () não
 15. Esterilizações dos instrumentais com indicadores () sim () não

ETAPA II: PRÉ-INCISÃO

16. Confirma nome do paciente, local da intervenção e cirurgia proposta ()
 17. Confirma preparo da pele com clorexidine degermante e tópica () Sim () não
 18. Confirmar antibiótico profilático administrado () sim () não aplicável
 19. Paciente em posição adequada () sim () não

EQUIPE DE ENFERMAGEM

20. Confirmar se a disponibilidade dos materiais e equipamentos solicitados para cirurgia ()
 20. Confirmar com a equipe médica se os exames necessários estão disponíveis ()
 21. Confirma bisturi elétrico e placas instalados corretamente ()

INTRA-OPERATORIO

Posicionamento: Dorsal () Lateral direita () Lateral esquerda () Posição Ginecológica ()
 () Decúbito Proclie () Decúbito Ventral

Monitorização cardíaca: () sim () não PNI/Manguito em: MD Placa neutra: Local: _____
 Passado faixa de smarch: Não () sim, em: _____ Início _____ Término _____

Soluções Antissépticas Usadas no Campo Operatório: () Clorex degermante () Clorex aquoso
 () Clorex Alcóolica () PVPI degermante
 () PVPI tintura () Alcool 70%

Infusões: SFO, 9% 250 ml R. Lactato: _____ ml R. Simples 500 ml SG5% _____ ml

Drenos: () Penrose nº _____ () Porto-vac nº _____ () Tórax nº _____
 Sinais vitais: PA 160 x 80 mmHg FC: 90 bpm Sat: 100% T: _____ °C Hora: 18:05

Anestesia: Início _____ Término _____ () Geral Inalatório () Geral Venosa () Sedação () Local
 () Peridural () Raqui () Bloqueio: _____

IOT: () Não () sim - Cânula nº _____ IOT aramado: () não () sim nº _____

AVP: () não () sim MD, Jelco nº 20 por Dra. Biune

Cateter O2: () não () sim SNG: () NÃO () SIM nº _____ SVD: () NÃO () SIM nº _____

Ferida operatória: Curativo superficial Unid _____

Cultura: _____ Anát. Patológico: () Não () Sim _____

Material Explantado: _____

Conferido por [assinatura] Intercorrência 9

ETAPA III: ANTES DO PACIENTE SAIR DA SALA

Confirmar se a contagem de compressas, instrumentais e agulhas foi realizada () sim () não

Caso a cirurgia realizada não tenha sido a proposta,

Medicações administradas (anotar horários) Digoxina 1mg, Amoxicilina
1mg, Cefazolin 2g, Metocloprid 10mg

ARUANA SEGUROS
 20 SET 2018



PRONTO-SOLUÇA
Dr. Paulo Gurgel

Frederico de O. Lima
Ortopedia e Traumatologia
CRM-RN 7514

ARUANA SEGUROS
20 SET 2018

ANESTESIA TIPO:

TECNICA:

Bruna Patricia S. Lima
Médica Anestesiologista
CRM-RN 7513
CPF: 788.607.255-34



PACIENTE:

Flavio Luiz da Silva

CIRURGIAS REALIZADAS(S):

Atendimento ao paciente

EQUIPE MEDICA

CIRURGIÃO:

Frederico de Lima
Ortopedia e Traumatologia
CRM 1514

1ª AUXILIAR:

2ª AUXILIAR:

3ª AUXILIAR:

ANESTESISTA:

INSTRUMENTADOR(A):

EQUIPAMENTOS / TEMPO DE USO

BISTURI ELÉTRICO:

CAPINÓGRAFO:

INTENS. DE IMAGENS:

MONITOR CARDIACO:

OXIM. DE PULSO:

SERRA ELÉTRICA:

ABD. 1000ML

ABD. 100ML

FISIOLÓGICO 0,9% 1000ML

FISIOLÓGICO 0,9% 250ML

FISIOLÓGICO 0,9% 500ML

GLICOSADO 5% 250ML

GLICOSADO 5% 500ML

GLICOSE 50% AMPOLA

RINGER LACTATO 500ML

RINGER SIMPLES 500ML

POMADAS

EPIESAN

NEOMICINA

TROFODEMIN

SULFADIAZINA DE PRATA

PÉRGUA CONSTANTE

JELCO

POLIEXO 2 VIAS

SCALPS

AGULHA P/ RAQUIN

AGULHAS

AGULHA DE STIMULEX

MATERIAL ORTÓPEDICO

ATADURA GESSO

ATADURA CREPOM

ATADURA DE ALGODÃO

MALHA TUBULAR

VASELINA

CLOREXIDINA ALCOOLICA

CLOREXIDINA AQUECIDA 2%

CLOREXIDINA DEGRIMANTE

PVP DEGRIMANTE

PVP TÓPICO

DETERGENTE ENZIMÁTICO

ÁGUA OXIGENADA

REG. PACIENTE Nº:

CONVENIO:

COD. PROCEDIMENTO(S):

GASOMETRIA / TEMPO DE USO

AR COMPRIMIDO:

GÁS CARBÔNICO:

NITROGENIO:

O² SOB CATETER:

O² SOB PRESSÃO:

OXÍDO NITROSO:

SOLUÇÃO

ALCOOL 70%

ALCOOL IODADO

FORMOL

MATERIAL ORTÓPEDICO

ATADURA GESSO

ATADURA CREPOM

ATADURA DE ALGODÃO

MALHA TUBULAR

EQUIPO MACROC/ INJETOR

EQUIPO P/ ARTROSCOPIA 4 VIAS

EQUIPO P/ SANGUE

COLETOR DE URINA FECHADO

TUBO C/ BALÃO 3.0

ESPARADRAPO

CATETER TIPO ÓCULOS

ELETRODOS

ESCOVA DESCARTAVEL

MASCARA

MICROPORE

SERINGA DE INSULINA

MÁSCARAS DESCARTAVEL

GORRO DESCARTAVEL

PRÓ-PE

ESCOVA SECA

MICROPORE LARGO

LUVAS ESTÉREIS

ALGODÃO GRUPO A

LUVAS DE PROCEDIMENTO

COMPRESSA CIRURGICA

GASES 10X10 PCT 20

SERINGA DESC. 3ML

SERINGA DESC. 5ML

SERINGA DESC. 10ML

SERINGA DESC. 20ML

SONDAS

URETERAL 4

ASPIRAÇÃO TRAQUEAL 04

NASO LONGA 04

SONDA DE FOLEY

OUTROS

PROFESSOR
Dr. Paulo C

Prontoclínica Dr. Paulo Gurgel
EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM

MÉDICO: Frederico

PACIENTE: FRANCISCA SETOR: 12 LEITO: 2013
DIAGNOSTICO MÉDICO: Pneumonia IDADE: _____

PROCEDÊNCIA: (X) DOMICILIAR () HOSPITALAR: QUAL: _____
ALERGIAS: NEGA DOENÇAS PRÉ-EXISTENTES: NEGA

EVOLUÇÃO 04/07/18 HORÁRIO: 22:05

ASPECTO GERAL

(X) CONSCIENTE (X) ORIENTADO () ALGO ORIENTADO _____
(X) ATIVO (X) REATIVO () HIPOATIVO
() HIPERTÔNICO () HIPOTÔNICO
() COMATOSO () SEDADO () ANASARCA () EDEMA

ACESSO VENOSO (Local e data de inserção)

() AVP: _____
() AVC: _____
() Jelco: _____
() Scalp.: _____

INFUSÃO INTRAVENOSA MEDICAMENTOS/ATB

() HV _____
() BI _____
() ATB _____

PELE

(X) HIDRATADA () RESSECADA () ICTÉRICA
(X) NORMOCORADA () HIPOCORADA () CIANOSE
() EXTREMIDADE FRIAS (X) NORMOTÉRMICA
() HIPOTERMIA: _____
() HIPERTERMIA: _____
() DRENO Local: _____
Característica do líquido: _____

APARELHO CARDIOPULMONAR

(X) EUPNEICO () DISPNEICO () TAQUIPNEICO
() BRADIPNEICO () TIRAGEM: _____
() RUÍDOS ADVENTÍCIOS. TIPO: _____
() TAQUICÁRDICO (X) NORMOCÁRDICO () BRADICÁRDICO

OBSERVAÇÕES: * ACIDENTE DE MOTO NA 06 DIA
* SEGUNDO 224 E CIRCUNFERÊNCIA A PARTIR DE 234
* EXAMINADO PELA CARTELA
* EXAMINADO COM 02 PULSOVITAS DE 12

Handwritten signature and stamp:
Kassya M. S. da Silva
Enfermeira
CRM 10.123

Carimbo e Assinatura do Enfermeiro

EVOLUÇÃO 05/07/18 HORÁRIO: 23:00

ASPECTO GERAL

(X) CONSCIENTE (X) ORIENTADO () ALGO ORIENTADO _____
(X) ATIVO (X) REATIVO () HIPOATIVO
() HIPERTÔNICO () HIPOTÔNICO
() COMATOSO () SEDADO () ANASARCA () EDEMA

ACESSO VENOSO (Local e data de inserção)

(X) AVP: _____
() AVC: _____
() Jelco: _____
() Scalp.: _____

INFUSÃO INTRAVENOSA MEDICAMENTOS/ATB

() HV _____
() BI _____
() ATB _____

VENTILAÇÃO

(X) O2 AMB () MV _____ % () HOOD: _____
() ENTUBADO TOT Nº _____
OBS: _____

ELIMINAÇÕES

DIURESE
(X) ESPONTÂNEA () SVA A CADA: _____
() HEMATÚRIA () OLIGÚRIA () ANÚRIA
() POLIÚRIA () SVD _____
ASPECTO/CARACTERÍSTICA: _____

EVACUAÇÃO

() ESPONTÂNEA

ARUANA SEGUROS
20 SET 2018



OPME: () NÃO

Anotações de Enfermagem

Observações

Plano de Suspiro Delúdo

Infecção na mão, o mesmo qualificado pelo médico
e suspiro. Realizado limpeza, desbridamento, sutura
e teste.

Início da cirurgia: 17:30

Termino da cirurgia: 18:00

CIRURGIÃO

Dr. Ines

ASSISTENTE:

ANESTESIOLOGISTA

Dr. B. B.

INSTRUMENTADO

Arbore

CIRCULANTE:

Leila

ENFERMEIRA:

Edna

U. de B.

() anestésica

Condições de entrada

() Acordado () Sono

() Ambiente () MV 50%

() Saturação O2 ()

() 100%

() Hipertensão () Hipotensão

() Taquicardia () Tremor () Dor () Baixa Saturação

() Dispneia () Broncoespasmo () Outros

() Outros

Medicações Adm.

() Anotar horários

Encaminhado para o andar

AVP ()

() DRENOS () CURATIVOS LIMPOS

GESSO EM: MSU ()

() ()

EXAME Labor ()

() TC () RNM () RISCO CIRURGICO () OUTROS

ENCARTE

10:15

() Alta Hospitalar () Outros

Anota

ENCARTE

POR:

HORA: 18:30

1.126.684



PELE

(X) HIDRATADA () RESSECADA () ICTÉRICA
 () NORMOCORADA () HIPOCORADA () CIANOSE
 () EXTREMIDADE FRIAS (X) NORMOTÉRMICA
 () HIPOTERMIA: _____
 () HIPERTERMIA: _____
 () DRENO Local: _____
 Característica do líquido: _____

APARELHO CARDIOPULMONAR

(X) EUPNEICO () DISPNEICO () TAQUIPNEICO
 () BRADIPNEICO () TIRAGEM: _____
 () RUÍDOS ADVENTÍCIOS, TIPO: _____
 () TAQUICÁRDICO (X) NORMOCÁRDICO () BRADICÁRDICO

() ESTÍMULO: _____
 (X) AUSENTE _____ DIAS
 ASPECTO/CARACTERÍSTICA: _____

APARELHO DIGESTÓRIO**ABDOMEN**

(X) FLACIDO () GLOBOSO () SEMI GLOBOSO
 () DISTENDIDO () DOR A PALPAÇÃO
 () TIMPÂNICO () MACIÇO () RUÍDOS HIDROAÉREOS

LOCOMOÇÃO

(X) DEAMBULANDO () CADEIRA DE RODAS
 () SOBRE MACA () MULETA

DIETA

() AO SEIO (X) ORAL/COPINHO () GTM
 () SOG/SNG _____
 () RESÍDUO GÁSTRICO: _____
 () ZERO () VÔMITO _____ vezes

OBSERVAÇÕES: — REALIZADO OBSERVANTO DE FERIDA INFECIOSA NA
ALÇA DA MÃO E. RETORNE ORIENTAÇÃO COM FREQ.
— AOS CUIDADOS DE ENFERMAGEM

Dr. Antônio

ENFERMEIRO Carimbo e Assinatura do Enfermeiro
 Coren/RN 5.100.000

EVOLUÇÃO / /**HORÁRIO:****ASPECTO GERAL**

() CONSCIENTE () ORIENTADO () ALGO ORIENTADO
 () ATIVO () REATIVO () HIPOATIVO
 () HIPERTÔNICO () HIPOTÔNICO
 () COMATOSO () SEDADO () ANASARCA () EDEMA

VENTILAÇÃO

() O2 AMB () IMV _____ % () HOOD: _____
 () ENTUBADO TOT Nº _____
 OBS: _____

ACESSO VENOSO (Local e data de inserção)

() AVP: _____
 () AVC: _____
 () Jelco: _____
 () Scalp.: _____

ELIMINAÇÕES**DIURESE**

() ESPONTÂNEA () SVA A CADA: _____
 () HEMATÚRIA () OLIGÚRIA () ANÚRIA
 () POLIÚRIA () SVD _____
 ASPECTO/CARACTERÍSTICA: _____

INFUSÃO INTRAVENOSA MEDICAMENTOS/ATB

() HV _____
 () BI _____
 () ATB _____

EVACUAÇÃO

() ESPONTÂNEA
 () ESTÍMULO: _____
 () AUSENTE _____ DIAS
 ASPECTO/CARACTERÍSTICA: _____

PELE

() HIDRATADA () RESSECADA () ICTÉRICA
 () NORMOCORADA () HIPOCORADA () CIANOSE
 () EXTREMIDADE FRIAS () NORMOTÉRMICA
 () HIPOTERMIA: _____
 () HIPERTERMIA: _____
 () DRENO Local: _____
 Característica do líquido: _____

APARELHO CARDIOPULMONAR

() EUPNEICO () DISPNEICO () TAQUIPNEICO
 () BRADIPNEICO () TIRAGEM: _____
 () RUÍDOS ADVENTÍCIOS, TIPO: _____
 () TAQUICÁRDICO () NORMOCÁRDICO () BRADICÁRDICO

APARELHO DIGESTÓRIO**ABDOMEN**

() FLACIDO () GLOBOSO () SEMI GLOBOSO
 () DISTENDIDO () DOR A PALPAÇÃO
 () TIMPÂNICO () MACIÇO () RUÍDOS HIDROAÉREOS

LOCOMOÇÃO

() DEAMBULANDO () CADEIRA DE RODAS
 () SOBRE MACA () MULETA

DIETA

() AO SEIO () ORAL/COPINHO () GTM
 () SOG/SNG _____
 () RESÍDUO GÁSTRICO: _____
 () ZERO () VÔMITO _____ vezes

OBSERVAÇÕES: _____

Carimbo e Assinatura do Enfermeiro



PRONTOCLINICA
Dr. Paulo Gurgel

RELATORIO DE ENFERMAGEM

PACIENTE Pravio 2012
 APTO.: 2013 Nº REGIST. _____
 CONVEN. Sms

RELATORIO DE ENFERMAGEM		DATA / H		USO DE:	DATA
USO DE:					
BOMBA DE INF.	DIL			ECG	
NEBULIZADOR	Nº			OXIG./UMIDIF.	
ASPIRADOR	DIL			BERÇO AQUECIDO	
CURATIVO				FOTOTERAPIA	
				INCUBADORA	

DATA	HORA	ANOTAÇÕES DE ENFERMAGEM	ASSINAT.
05.07.18		Paciente encaminhada ao CC acompanhada por familiares. Amarelo os prontuários, exame laboratorial RX e um impresso de Rx.	Michael Fagundes Bezerra Técnico em Enfermagem COREN-RN 998.938
05-07-18	18:45	Intenção do CI e acompanhamento por médicos de modo, no NUP. e ordem no post. 1 PRK idt + 1 flizonea par idt + enoxi co bionatome + RSH + sobre RX + instituições médicas + direções dir do inteno no papel prescrito + lista de médicos	Maria Edineuz de Sena Araújo <i>[Assinatura]</i> Téc. de enfermagem COREN-RN 960.865
05-07-18	22h	Adm. tilatid + abd eu; RSH de ma + abd eu.	Ana Karla Silva Saraiva Téc. de Enfermagem COREN-RN 990-103
06-07-18	24 hrs	Adm. dipirona + abd eu conforme prescrito.	Ana Karla Silva Saraiva Téc. de Enfermagem COREN-RN 990-103
06-07-18	01 km	Adm. clazoprina + abd eu conforme prescrito.	Dynara Adryelly S de Araújo Téc. de enfermagem COREN/RN 1.141.782
06-07-18	06h	Adm. dipirona + abd eu.	
06-07-18	08h	Paciente saiu de alta resp. levar ao todo os seus pertences e acompanhado por seus familiares.	

ARJANA SEGUROE
20 SET 2018

ARJUNA SEGUROS
20 SET 2018



PRESCRIÇÃO MÉDICA

PACIENTE: **FRANCISCO LUIZ DA SILVA** APTD/ENE: **2018** DATA: **1**
 REGISTRO: **CONVÊNIO:**

PRESCRIÇÃO	HORÁRIOS	
	500	500
1) DURA 40mg	500	500
2) D.S.	500	500
3) Ceftriaxona 1g ev, 8/8h	500	500
4) Ceftriaxona 1g ev, 12/12h	500	500
5) D.P.R.N.S. - 1g ev, 6/6h	500	500
6) D.P.R.N.S. - 1g ev, 12/12h	500	500
7) D.P.R.N.S. - 1g ev, 12/12h	500	500
8) D.P.R.N.S. - 1g ev, 12/12h	500	500
9) D.P.R.N.S. - 1g ev, 12/12h	500	500
10) D.P.R.N.S. - 1g ev, 12/12h	500	500
11) D.P.R.N.S. - 1g ev, 12/12h	500	500
12) D.P.R.N.S. - 1g ev, 12/12h	500	500
13) D.P.R.N.S. - 1g ev, 12/12h	500	500
14) D.P.R.N.S. - 1g ev, 12/12h	500	500
15) D.P.R.N.S. - 1g ev, 12/12h	500	500
16) D.P.R.N.S. - 1g ev, 12/12h	500	500
17) D.P.R.N.S. - 1g ev, 12/12h	500	500
18) D.P.R.N.S. - 1g ev, 12/12h	500	500
19) D.P.R.N.S. - 1g ev, 12/12h	500	500
20) D.P.R.N.S. - 1g ev, 12/12h	500	500
21) D.P.R.N.S. - 1g ev, 12/12h	500	500
22) D.P.R.N.S. - 1g ev, 12/12h	500	500
23) D.P.R.N.S. - 1g ev, 12/12h	500	500
24) D.P.R.N.S. - 1g ev, 12/12h	500	500
25) D.P.R.N.S. - 1g ev, 12/12h	500	500
26) D.P.R.N.S. - 1g ev, 12/12h	500	500
27) D.P.R.N.S. - 1g ev, 12/12h	500	500
28) D.P.R.N.S. - 1g ev, 12/12h	500	500
29) D.P.R.N.S. - 1g ev, 12/12h	500	500
30) D.P.R.N.S. - 1g ev, 12/12h	500	500
31) D.P.R.N.S. - 1g ev, 12/12h	500	500
32) D.P.R.N.S. - 1g ev, 12/12h	500	500
33) D.P.R.N.S. - 1g ev, 12/12h	500	500
34) D.P.R.N.S. - 1g ev, 12/12h	500	500
35) D.P.R.N.S. - 1g ev, 12/12h	500	500
36) D.P.R.N.S. - 1g ev, 12/12h	500	500
37) D.P.R.N.S. - 1g ev, 12/12h	500	500
38) D.P.R.N.S. - 1g ev, 12/12h	500	500
39) D.P.R.N.S. - 1g ev, 12/12h	500	500
40) D.P.R.N.S. - 1g ev, 12/12h	500	500
41) D.P.R.N.S. - 1g ev, 12/12h	500	500
42) D.P.R.N.S. - 1g ev, 12/12h	500	500
43) D.P.R.N.S. - 1g ev, 12/12h	500	500
44) D.P.R.N.S. - 1g ev, 12/12h	500	500
45) D.P.R.N.S. - 1g ev, 12/12h	500	500
46) D.P.R.N.S. - 1g ev, 12/12h	500	500
47) D.P.R.N.S. - 1g ev, 12/12h	500	500
48) D.P.R.N.S. - 1g ev, 12/12h	500	500
49) D.P.R.N.S. - 1g ev, 12/12h	500	500
50) D.P.R.N.S. - 1g ev, 12/12h	500	500
51) D.P.R.N.S. - 1g ev, 12/12h	500	500
52) D.P.R.N.S. - 1g ev, 12/12h	500	500
53) D.P.R.N.S. - 1g ev, 12/12h	500	500
54) D.P.R.N.S. - 1g ev, 12/12h	500	500
55) D.P.R.N.S. - 1g ev, 12/12h	500	500
56) D.P.R.N.S. - 1g ev, 12/12h	500	500
57) D.P.R.N.S. - 1g ev, 12/12h	500	500
58) D.P.R.N.S. - 1g ev, 12/12h	500	500
59) D.P.R.N.S. - 1g ev, 12/12h	500	500
60) D.P.R.N.S. - 1g ev, 12/12h	500	500
61) D.P.R.N.S. - 1g ev, 12/12h	500	500
62) D.P.R.N.S. - 1g ev, 12/12h	500	500
63) D.P.R.N.S. - 1g ev, 12/12h	500	500
64) D.P.R.N.S. - 1g ev, 12/12h	500	500
65) D.P.R.N.S. - 1g ev, 12/12h	500	500
66) D.P.R.N.S. - 1g ev, 12/12h	500	500
67) D.P.R.N.S. - 1g ev, 12/12h	500	500
68) D.P.R.N.S. - 1g ev, 12/12h	500	500
69) D.P.R.N.S. - 1g ev, 12/12h	500	500
70) D.P.R.N.S. - 1g ev, 12/12h	500	500
71) D.P.R.N.S. - 1g ev, 12/12h	500	500
72) D.P.R.N.S. - 1g ev, 12/12h	500	500
73) D.P.R.N.S. - 1g ev, 12/12h	500	500
74) D.P.R.N.S. - 1g ev, 12/12h	500	500
75) D.P.R.N.S. - 1g ev, 12/12h	500	500
76) D.P.R.N.S. - 1g ev, 12/12h	500	500
77) D.P.R.N.S. - 1g ev, 12/12h	500	500
78) D.P.R.N.S. - 1g ev, 12/12h	500	500
79) D.P.R.N.S. - 1g ev, 12/12h	500	500
80) D.P.R.N.S. - 1g ev, 12/12h	500	500
81) D.P.R.N.S. - 1g ev, 12/12h	500	500
82) D.P.R.N.S. - 1g ev, 12/12h	500	500
83) D.P.R.N.S. - 1g ev, 12/12h	500	500
84) D.P.R.N.S. - 1g ev, 12/12h	500	500
85) D.P.R.N.S. - 1g ev, 12/12h	500	500
86) D.P.R.N.S. - 1g ev, 12/12h	500	500
87) D.P.R.N.S. - 1g ev, 12/12h	500	500
88) D.P.R.N.S. - 1g ev, 12/12h	500	500
89) D.P.R.N.S. - 1g ev, 12/12h	500	500
90) D.P.R.N.S. - 1g ev, 12/12h	500	500
91) D.P.R.N.S. - 1g ev, 12/12h	500	500
92) D.P.R.N.S. - 1g ev, 12/12h	500	500
93) D.P.R.N.S. - 1g ev, 12/12h	500	500
94) D.P.R.N.S. - 1g ev, 12/12h	500	500
95) D.P.R.N.S. - 1g ev, 12/12h	500	500
96) D.P.R.N.S. - 1g ev, 12/12h	500	500
97) D.P.R.N.S. - 1g ev, 12/12h	500	500
98) D.P.R.N.S. - 1g ev, 12/12h	500	500
99) D.P.R.N.S. - 1g ev, 12/12h	500	500
100) D.P.R.N.S. - 1g ev, 12/12h	500	500

RECIBO RECIBO

DÉBITOS	
SERENGA 01	
SERENGA 03 cc	
SERENGA 05 cc	
SERENGA 10 cc	
SERENGA 20 cc	
EQUIPO MICROGOTAS	
EQUIPO P/BL	
EQUIPO P/ SANGUE	
JELCO Nº	
SCALP Nº	
POLIFIX	
LUVA PROCEDIMENTO	
LUVA ESTER. Nº	
GASES PCT	
ESPARADRAPO	
MICROPORÉ	
PVPJ	
ETER	
ALCOOL 70%ml	
ALGUDÃO BOLA	
AGULHA DESC.	
CREPOM Nº	
ALGODÃO ORTOP	
CLPACOL ml	
POWIADA	
SONDA DE FOLEY	
SONDA URETRAL	
SONDA NASO	
COLETOR FECHADO	
COLETOR ABERTO	
LAMINA BISTURI	
ELETRODO	
MASC. DESCAT	
SORO FISIO. 0,9%	
FITA HGT	



PACIENTE: <u>FLAVIO <i>huf</i></u>	REGISTRO Nº _____
APTO.: _____	CONVENIO _____
MÉDICO: _____	_____

DATA / HORA	DESCRIÇÃO MÉDICA
	# C.C.#
	POL DESBOLAMENTO + LIMPEZA CÍRURGICA
	PACIENTE COM FCC EM DEBILIDADE PARCIAL DA MÃO (E), NÃO SUTURADA COM TRITA DO SELOSOBU EVOLUENTE. OPTO RI NÃO EFECTUA
	A SIMETRIA DO MOTO E FATOR DESBOLAMENTO E LIMPEZA CIRURGICA. MANEJO INTERNO PARA ATB OU E ESTABILIZAÇÃO CIRURGICA.
	C: DATA EV
	(A) AULA ANEXO-
	(B) REACENTAR CIRURGIA
	Frederico de O. Lima Ortopedia e Traumatologia CRM-RN 7514
	5/+/98

Frederico de O. Lima
Ortopedia e Traumatologia
CRM-RN 7514

5/7/98

ARUANA SEGUROS
20 SET 2018



Ap 7.0

CONVÊNIO.:

APUANA SEGUROS
20 SET 2018



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
23ª Vara Cível da Comarca de Natal
Rua Doutor Lauro Pinto, 315, Candelaria, NATAL - RN - CEP: 59064-250

Processo: 0831501-75.2019.8.20.5001

Ação: PROCEDIMENTO COMUM (7)

AUTOR: FLAVIO LUIZ DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Vistos hoje,

Considerando a presunção relativa de insuficiência financeira formulada pela pessoa natural (arts.98 e 99, § 3º, CPC/15), e tendo em vista que tal afirmação não é incompatível com os fatos narrados e provas produzidas nos autos, concedo à parte autora o benefício da gratuidade judiciária.

Cite-se a parte demandada no endereço constante na petição acostada nos autos para, querendo, responder a ação, no prazo de 15(quinze) dias, (art. 335, do CPC).

Apresentada a contestação, intime-se a parte autora para, também no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar réplica.

Requerida a realização de perícia, dou por deferida(CPC, art. 381,II) a produção da referida prova, ficando desde já nomeado(a) o(a) Dr.(a) Eucimar Pereira Guimarães, médico ortopedista, CRM nº 4316, para atuar como perito no presente feito.

Designo o dia 28.08.2019, a partir das 08:00horas, por ordem de chegada, para realização de perícia médica, podendo as partes apresentarem quesitos e indicarem assistentes técnicos, caso ainda não tenham feito. **Intime-se a parte autora através de mandado, informando a data da realização do exame pericial, fazendo constar no mandado que ela compareça trazendo exames e laudos, bem como um documento de identidade com foto.**

Ressalte-se à parte autora que sua ausência injustificada na data acima aprazada, configura ato atentatório a dignidade da justiça, sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa (art. 334, §8º, CPC).

Por oportuno, intime-se a seguradora Ré para que realize o depósito dos honorários periciais, no prazo de 15 (quinze) dias, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), informando a data e local da realização da perícia médica.

Apresentado o laudo, intimem-se as partes para se pronunciarem sobre o mesmo, no prazo comum de 15 (quinze) dias, sob pena de preclusão, **bem ainda, para, querendo, apresentarem acordo a ser homologado por este juízo ou manifestarem, expressamente, desinteresse na conciliação.**



Transcorrido o prazo, com ou sem resposta, autorizo o levantamento dos honorários periciais. Caso não haja depósito comprovado nos autos, intime-se a seguradora para que, no prazo de 05(cinco) dias, comprove o pagamento dos honorários periciais, sob pena de bloqueio do valor arbitrado.

Não comparecendo a parte autora à perícia, deve a secretaria deste juízo certificar o ocorrido, procedendo, ato subsequente, sua intimação através de advogado para, no prazo de 10(dez) dias, dar andamento ao feito, sob pena de extinção.

Após, venham-me os autos conclusos .

P.I.C

NATAL/RN, 31 de julho de 2019

EUSTAQUIO JOSE FREIRE DE FARIAS

Juiz de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
23ª Vara Cível da Comarca de Natal
Rua Doutor Lauro Pinto, 315, Candelaria, NATAL - RN - CEP: 59064-250

Processo: 0831501-75.2019.8.20.5001

Ação: PROCEDIMENTO COMUM (7)

AUTOR: FLAVIO LUIZ DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Vistos hoje,

Considerando a presunção relativa de insuficiência financeira formulada pela pessoa natural (arts.98 e 99, § 3º, CPC/15), e tendo em vista que tal afirmação não é incompatível com os fatos narrados e provas produzidas nos autos, concedo à parte autora o benefício da gratuidade judiciária.

Cite-se a parte demandada no endereço constante na petição acostada nos autos para, querendo, responder a ação, no prazo de 15(quinze) dias, (art. 335, do CPC).

Apresentada a contestação, intime-se a parte autora para, também no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar réplica.

Requerida a realização de perícia, dou por deferida(CPC, art. 381,II) a produção da referida prova, ficando desde já nomeado(a) o(a) Dr.(a) Eucimar Pereira Guimarães, médico ortopedista, CRM nº 4316, para atuar como perito no presente feito.

Designo o dia 28.08.2019, a partir das 08:00horas, por ordem de chegada, para realização de perícia médica, podendo as partes apresentarem quesitos e indicarem assistentes técnicos, caso ainda não tenham feito. **Intime-se a parte autora através de mandado, informando a data da realização do exame pericial, fazendo constar no mandado que ela compareça trazendo exames e laudos, bem como um documento de identidade com foto.**

Ressalte-se à parte autora que sua ausência injustificada na data acima aprazada, configura ato atentatório a dignidade da justiça, sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa (art. 334, §8º, CPC).

Por oportuno, intime-se a seguradora Ré para que realize o depósito dos honorários periciais, no prazo de 15 (quinze) dias, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), informando a data e local da realização da perícia médica.

Apresentado o laudo, intimem-se as partes para se pronunciarem sobre o mesmo, no prazo comum de 15 (quinze) dias, sob pena de preclusão, **bem ainda, para, querendo, apresentarem acordo a ser homologado por este juízo ou manifestarem, expressamente, desinteresse na conciliação.**



Transcorrido o prazo, com ou sem resposta, autorizo o levantamento dos honorários periciais. Caso não haja depósito comprovado nos autos, intime-se a seguradora para que, no prazo de 05(cinco) dias, comprove o pagamento dos honorários periciais, sob pena de bloqueio do valor arbitrado.

Não comparecendo a parte autora à perícia, deve a secretaria deste juízo certificar o ocorrido, procedendo, ato subsequente, sua intimação através de advogado para, no prazo de 10(dez) dias, dar andamento ao feito, sob pena de extinção.

Após, venham-me os autos conclusos .

P.I.C

NATAL/RN, 31 de julho de 2019

EUSTAQUIO JOSE FREIRE DE FARIAS

Juiz de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
JUÍZO DE DIREITO DA 23ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL

MANDADO DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO - Perícia Médica

Dia 28/08/2019 a partir das 8:00 horas

PROCESSO/AÇÃO 0831501-75.2019.8.20.5001

Requerente: FLAVIO LUIZ DA SILVA

Requerido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

De ordem do Exmo. EUSTAQUIO JOSE FREIRE DE FARIAS, Juiz de Direito desta 23ª Vara Cível da Comarca de Natal, em conformidade com o disposto no art. 250, inciso VI do CPC

MANDA ao Oficial de Justiça a quem este for apresentado, expedido nos autos da ação acima descrita, que, em seu cumprimento, proceda a, **CITAÇÃO** da seguradora, por seu representante legal, para, querendo, contestar a ação no prazo de quinze (15) dias (art. 335, do CPC), sob pena de serem aceitos como verdadeiros os fatos articulados pela parte autora na Petição Inicial. Bem como, **INTIMÁ-LA** do Despacho que designou Perícia Médica para odia 28/08/2019 a partir das 08:00horas, a se realizar nesta 23ª Vara Cível da Comarca de Natal, situada à rua Dr. Lauro Pinto, 315, Lagoa Nova, Térreo, no Fórum Miguel Seabra Fagundes, Natal/RN; podendo as partes apresentarem quesitos e indicarem assistentes técnicos, caso ainda não tenham feito. **INTIMÁ-LA**, ainda, para que realize o depósito dos honorários periciais, no prazo de 15 (quinze) dias, no valor de R\$ 2 0 0 , 0 0 (d u z e n t o s r e a i s) .

PARTE A SER INTIMADA:

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
Avenida Prudente de Moraes, 4055, - de 4232 a 5256 - lado par, Lagoa Nova, NATAL - RN - CEP: 59063-200

ADVERTÊNCIA: O descumprimento desta decisão judicial, implicará nas sanções legais.

OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 225, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço <http://pje1grau.tjrn.jus.br/pje1grau/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>, utilizando os códigos abaixo, sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação.

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
Petição Inicial	Petição Inicial	19072212505287100000045651365
RG CPF e Procuração	Documento de Identificação	19072212494259600000045651513
Comprovante de residência e Requerimento Administrativo	Requerimento Administrativo	19072212494865900000045651516
	Outros	



BO e declaração	documentos	19072212503127300000045651546
Prontuarios médicos compressed	Outros documentos	19072212500740300000045651531
Despacho	Despacho	19073117203040900000045800487
Intimação	Intimação	19073117203040900000045800487

Ressalte-se que este processo tramita em maio eletrônico através do sistema PJe, sendo vedada a junta de quaisquer documentos por meio físico quando houver o patrocínio de advogado. É imprescindível que o tamanho de cada arquivo a ser inserido tenha, no máximo, 1,5 Mb (megabytes). O único formato de arquivo compatível com o sistema PJe é o ".pdf".

CUMPRA-SE na forma e sob as penas da lei.

Natal/RN, 6 de agosto de 2019.

RICARDO PEREIRA DOS SANTOS

Chefe de Secretaria

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
JUÍZO DE DIREITO DA 23ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL

MANDADO DE INTIMAÇÃO - Perícia Médica

Dia 28/08/2019 às 8:00 horas

PROCESSO/ACÃO 0831501-75.2019.8.20.5001

Requerente: FLAVIO LUIZ DA SILVA

Requerido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

De ordem do Exmo. EUSTAQUIO JOSE FREIRE DE FARIAS, Juiz de Direito desta 23ª Vara Cível da Comarca de Natal, em conformidade com o disposto no art. 250, inciso VI do CPC

MANDA ao Oficial de Justiça a quem este for apresentado, expedido nos autos da ação acima descrita, que, em seu cumprimento, proceda a INTIMAÇÃO da PARTE AUTORA, abaixo identificada, a fim de comparecer **DIA 28/08/2019 a partir das 8:00 horas, POR ORDEM DE CHEGADA**, na sala de audiência deste Juízo da 23ª Vara Cível, Fórum Des. Miguel Seabra Fagundes, sito à Rua Dr. Lauro Pinto, 315, Lagoa Nova, **Natal/RN**, com a finalidade de REALIZAÇÃO DE PERÍCIA MÉDICA. **Ressalte-se à parte autora que sua ausência injustificada na data acima aprazada, configura ato atentatório a dignidade da justiça, sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa (art. 334, §8º, CPC).**

OBSERVAÇÕES: As partes deverão levar os documentos necessários para a perícia (tais como exames diagnósticos, raio-x, TC, RNM, exames laboratoriais etc).

PARTE A SER INTIMADA:

FLAVIO LUIZ DA SILVA
Rua Vereador Cicero Carlos de Lima, 280, Novo Horizonte, GOIANINHA - RN - CEP: 59173-000

ADVERTÊNCIA: O descumprimento desta decisão judicial, implicará nas sanções legais.

OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 225, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço <http://pje1grau.tjrn.jus.br/pje1grau/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>, utilizando os códigos abaixo, sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação.

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
Petição Inicial	Petição Inicial	19072212505287100000045651365
RG CPF e Procuração	Documento de Identificação	19072212494259600000045651513
Comprovante de residência e Requerimento Administrativo	Requerimento Administrativo	19072212494865900000045651516



BO e declaração	Outros documentos	19072212503127300000045651546
Prontuarios médicos compressed	Outros documentos	19072212500740300000045651531
Despacho	Despacho	19073117203040900000045800487
Intimação	Intimação	19073117203040900000045800487
Citação	Citação	19080609391729400000046035564

Ressalte-se que este processo tramita em meio eletrônico através do sistema PJe, sendo vedada a junta de quaisquer documentos por meio físico quando houver o patrocínio de advogado. É imprescindível que o tamanho de cada arquivo a ser inserido tenha, no máximo, 1,5 Mb (megabytes). O único formato de arquivo compatível com o sistema PJe é o ".pdf".

CUMPRA-SE na forma e sob as penas da lei.

Natal/RN, 8 de agosto de 2019.

RICARDO PEREIRA DOS SANTOS

Chefe de Secretaria

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
23ª Vara Cível da Comarca de Natal
Rua Doutor Lauro Pinto, 315, Candelaria, NATAL - RN - CEP: 59064-250

Processo nº0831501-75.2019.8.20.5001

Ação:PROCEDIMENTO COMUM (7)

[Tipo Completo da Parte Ativa Principal]:AUTOR: FLAVIO LUIZ DA SILVA

[Tipo Completo da Parte Passiva Principal]: RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em cumprimento ao mandado extraído dos autos do processo epigrafado, no dia 13/08/2019, dirigi-me ao endereço constante no mandado e, após as formalidades legais, INTIMEI FLÁVIO LUIZ DA SILVA do inteiro teor deste, o qual aceitou a contrafé que lhe foi oferecido, exarando a sua assinatura.

Goianinha/RN, 13 de agosto de 2019.

Francisco Antônio Neves.

Oficial de Justiça.

Matrícula: 163157-8.



Successfully created

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
JUÍZO DE DIREITO DA 23ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL**MANDADO DE INTIMAÇÃO - Perícia Médica****Dia 28/08/2019 às 8:00 horas**

PROCESSO/AÇÃO 0831501-75.2019.8.20.5001

Requerente: FLAVIO LUIZ DA SILVA

Requerido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

De ordem do Exmo. EUSTAQUIO JOSE FREIRE DE FARIAS, Juiz de Direito desta 23ª Vara Cível da Comarca de Natal, em conformidade com o disposto no art. 250, inciso VI do CPC

MANDA ao Oficial de Justiça a quem este for apresentado, expedido nos autos da ação acima descrita, que, em seu cumprimento, proceda a INTIMAÇÃO da PARTE AUTORA, abaixo identificada, a fim de comparecer **DIA 28/08/2019 a partir das 8:00 horas, POR ORDEM DE CHEGADA**, na sala de audiência deste Juízo da 23ª Vara Cível, Fórum Des. Miguel Seabra Fagundes, sito à Rua Dr. Lauro Pinto, 315, Lagoa Nova, Natal/RN, com a finalidade de **REALIZAÇÃO DE PERÍCIA MÉDICA. Ressalte-se à parte autora que sua ausência injustificada na data acima aprazada, configura ato atentatório a dignidade da justiça, sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa (art. 334, §8º, CPC).**

OBSERVAÇÕES: As partes deverão levar os documentos necessários para a perícia (tais como exames diagnósticos, raio-x, TC, RNM, exames laboratoriais etc).

PARTE A SER INTIMADA:**FLAVIO LUIZ DA SILVA****Rua Vereador Cicero Carlos de Lima, 280, Novo Horizonte, GOIANINHA - RN - CEP: 59173-000**

ADVERTÊNCIA: O descumprimento desta decisão judicial, implicará nas sanções legais.

OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 225, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao site do Tribunal de Justiça na internet, no endereço <http://pje1g.tjrn.jus.br/pje1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>, utilizando os códigos abaixo, sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação.

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
Petição Inicial	Petição Inicial	19072212505287100000045651365
RG CPF e Procuração	Documento de Identificação	19072212494259600000045651513
Comprovante de residência e Requerimento Administrativo	Requerimento Administrativo	19072212494865900000045651516
BO e declaração	Outros documentos	19072212503127300000045651546
Prontuarios médicos compressed	Outros documentos	19072212500740300000045651531
Despacho	Despacho	19073117203040900000045800487

12/08/2019 16:54



Assinado eletronicamente por: FRANCISCO ANTONIO NEVES - 13/08/2019 16:45:09

<https://pje2g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=190813164510000000009255481>

Número do documento: 190813164510000000009255481

Intimação	Intimação	19073117203040900000045800487
Citação	Citação	19080609391729400000046035564

Ressalte-se que este processo tramita em meio eletrônico através do sistema PJe, sendo vedada a junta de quaisquer documentos por meio físico quando houver o patrocínio de advogado. É imprescindível que o tamanho de cada arquivo a ser inserido tenha, no máximo, 1,5 Mb (megabytes). O único formato de arquivo compatível com o sistema PJe é o ".pdf".

CUMPRA-SE na forma e sob as penas da lei.

Natal/RN, 8 de agosto de 2019.

RICARDO PEREIRA DOS SANTOS

Chefe de Secretaria

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)



Assinado eletronicamente por: **RICARDO PEREIRA DOS SANTOS**

08/08/2019 15:39:16

<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: 47679151



19080815391609500000046120820

imprimir

* f. Lúcio Luiz da Silva

13/08/2019 às 11:45 h/m/v

12/08/2019 16:54



Assinado eletronicamente por: FRANCISCO ANTONIO NEVES - 13/08/2019 16:45:09

<https://pje2g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=190813164510000000009255481>

Número do documento: 190813164510000000009255481

Certifico que, em cumprimento ao mandado, me dirigi ao local e lá CITEI E INTIMEI a PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, através de seu representante legal, que após a leitura do mandado, exarou o seu ciente e recebeu a contra fé. O referido é verdade e dou fé.





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
JUÍZO DE DIREITO DA 23ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL

MANDADO DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO - Perícia Médica

Dia 28/08/2019 a partir das 8:00 horas

PROCESSO/AÇÃO 0831501-75.2019.8.20.5001

Requerente: FLAVIO LUIZ DA SILVA

Requerido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

De ordem do Exmo. EUSTAQUIO JOSE FREIRE DE FARIAS, Juiz de Direito desta 23ª Vara Cível da Comarca de Natal, em conformidade com o disposto no art. 250, inciso VI do CPC

MANDA ao Oficial de Justiça a quem este for apresentado, expedido nos autos da ação acima descrita, que, em seu cumprimento, proceda a, **CITAÇÃO** da seguradora, por seu representante legal, para, querendo, contestar a ação no prazo de quinze (15) dias (art. 335, do CPC), sob pena de serem aceitos como verdadeiros os fatos articulados pela parte autora na Petição Inicial. Bem como, **INTIMÁ-LA** do Despacho que designou Perícia Médica para o dia 28/08/2019 a partir das 08:00horas, a se realizar nesta 23ª Vara Cível da Comarca de Natal, situada à rua Dr. Lauro Pinto, 315, Lagoa Nova, Térreo, no Fórum Miguel Seabra Fagundes, Natal/RN; podendo as partes apresentarem quesitos e indicarem assistentes técnicos, caso ainda não tenham feito. **INTIMÁ-LA**, ainda, para que realize o depósito dos honorários periciais, no prazo de 15 (quinze) dias, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais).

PARTE A SER INTIMADA:

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Avenida Prudente de Moraes, 4055, - de 4232 a 5256 - lado par, Lagoa Nova, NATAL - RN - CEP: 59063-200

ADVERTÊNCIA: O descumprimento desta decisão judicial, implicará nas sanções legais.

OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 225, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao site do Tribunal de Justiça na internet, no endereço <http://pje1g.trjrn.jus.br/pje1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>, utilizando os códigos abaixo, sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação.

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
Petição Inicial	Petição Inicial	19072212505287100000045651365
RG CPF e Procuração	Documento de Identificação	19072212494259600000045651513
Comprovante de residência e Requerimento Administrativo	Requerimento Administrativo	19072212494865900000045651516
BO e declaração	Outros documentos	19072212503127300000045651546
Prontuarios médicos compressed	Outros documentos	19072212500740300000045651531
Despacho	Despacho	19073117203040900000045800487
Intimação	Intimação	19073117203040900000045800487

Ressalte-se que este processo tramita em maio eletrônico através do sistema PJe, sendo vedada a junta de quaisquer documentos por meio físico quando houver o patrocínio de advogado. É imprescindível que o tamanho de cada arquivo a ser inserido tenha, no máximo, 1,5 Mb (megabytes). O único formato de arquivo compatível com o sistema PJe é o ".pdf".

CUMPRA-SE na forma e sob as penas da lei.

*Recebido
22/08/19
08:24
Rafaela Viana*

http://pje1g.trjrn.jus.br/pje/Painel/painel_usuario/documentoHTML.seam?conversationPropagation=none&idBin=46035564&idProcessoDoc=475... 1/2



15/08/2019

Processo Judicial Eletrônico

Natal/RN, 6 de agosto de 2019.

RICARDO PEREIRA DOS SANTOS

Chefe de Secretaria

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)



Assinado eletronicamente por: **RICARDO PEREIRA DOS SANTOS**

06/08/2019 09:39:18

<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: 47587133



19080609391729400000046035564

imprimir



REMARCAÇÃO DE PERICIA. FALTA DE DOCUMENTAÇÃO.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

PROCESSO: 0831501-75.2019.8.20.5001

NOME: **FLAVIO LUIZ DA SILVA**

VENHO ATRAVES DESTA INFORMAR QUE O AUTOR COMPARECEU A PERÍCIA MÉDICA JUDICIAL SOLICITA PARA O DIA 28/08/2019, NA 23ª VARA CÍVEL DE NATAL, MAS NÃO FOI OBSERVADO DOCUMENTOS ONDE INFORME O LOCAL DAS LESÕES, NECESSÁRIOS PARA REALIZAR A PERÍCIA. OBS.: PROVIDENCIAR A FICHA DE ATENDIMENTO HOSPITALAR PRIMÁRIO E/OU DO HOSPITAL WALFREDO GURGEL. CONSTA DOS AUTOS SOMENTE A INTERNAÇÃO PARA TRAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DE MÃO.

SOLICITO REAGENDAMENTO DA PERÍCIA.

GRATO.

**DR. EUCIMAR
PERITO**



Juntada de contestação.





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 23ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL/RN

Processo: 08315017520198205001

SÚMULA 474 STJ: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez."

PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS, empresa seguradora com sede à Av. Rio Branco, 1489 - Campos Elíseos - São Paulo -SP - CEP: 01205-900, inscrita no CNPJ sob o número 61.198.164/0001-60 e **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **FLAVIO LUIZ DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

CONTESTAÇÃO

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor:

BREVE SÍNTESE DA DEMANDA

Alega a parte Autora em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico na data de **29/06/2018**, restando permanentemente inválida.

Destaca-se que a parte apenas procedeu com o registro na Delegacia de Polícia na data **18/09/2018**.

Portanto, em que pese o requerimento da indenização na via administrativa, houve a NEGATIVA da Seguradora responsável pela regulação, haja vista, a ausência de sequelas.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



A pretensão esposada na inicial não merece prosperar, visto que sua argumentação afigura-se totalmente contrária à orientação jurisprudencial traçada pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como preceitua a legislação vigente sobre o DPVAT. É o que se demonstrará em seguida.

PRELIMINARMENTE

DA TEMPESTIVIDADE

A Ré apresenta a presente contestação em consonância com regra prevista no art. 218, § 4º do CPC/2015¹, prestigiando os princípios da celeridade, economia processual e boa-fé, pugnando desde já pelo recebimento da mesma.

DO DESINTERESSE NA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR DE CONCILIAÇÃO

Conforme se observa na exordial, a natureza do pedido do Seguro Obrigatório DPVAT, cujo cerne da questão é a suposta invalidez do demandante e o grau da lesão sofrida para fins indenizatórios do referido Seguro.

Assim, **torna-se imprescindível a realização da prova pericial**, pois, a Lei do DPVAT prevê graus diferenciados referentes à extensão das lesões acometidas pelas vítimas, classificando-as em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, em caso de invalidez parcial do beneficiário a indenização será paga de forma proporcional ao grau da debilidade sofrida.

Desse modo, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação, e, visando dirimir as dúvidas existentes sobre a invalidez do autor, requer, se Vossa Excelência assim entender, a antecipação da prova pericial nos termos do art. 381, do CPC/2015².

DA INÉPCIA DA INICIAL

DA AUSÊNCIA DO BOLETIM DE PRIMEIRO ATENDIMENTO

Inicialmente cumpre informar que a petição inicial apresentada pelo autor não está apta a gerar efeitos, vez que não foi instruída com os documentos essenciais à propositura da ação.

O autor não acostou o boletim de primeiro atendimento médico, documento essencial para comprovar o nexo causal do acidente, impossibilitando a elaboração da defesa.

Não se pode olvidar acerca da existência de requisitos formais para o ajuizamento de qualquer demanda, os quais são tradicionalmente denominados na praxe forense de requisitos da petição inicial, estes elencados no art. 319 do Novo Código de Processo Civil, que pedimos escusas para transcrever, senão vejamos:

“Art. 319. A petição inicial indicará:

I - O juiz ou tribunal, a que é dirigida;

II - Os nomes, prenomes, estado civil, profissão, domicílio e residência do autor e do réu;

III - o fato e os fundamentos jurídicos do pedido;

IV - o pedido, com as suas especificações;

V - o valor da causa;

VI - as provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados;

¹[1] Art. 218 - Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. [...] § 4º - Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

²[1] Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: II - a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito;



VII - o requerimento para a citação do réu.”

Em prosseguimento, cumpre salientar o disposto no art. 330, I e parágrafo primeiro, Novo Código de Processo Civil, *ipsis literis*:

“Art. 330. A petição inicial será indeferida:

I - quando for inepta;

(...)

Parágrafo primeiro. Considera-se inepta a petição inicial quando

(...)

I – lhe faltar pedido ou causa de pedir;

II – o pedido for indeterminado, ressalvadas as hipóteses legais em que se permite o pedido genérico;

III – da narração dos fatos não decorrer logicamente a conclusão;

VI – conter pedidos incompatíveis

(...).”

Merece destaque, portanto, o disposto no art. 485, I, do Código de Processo Civil. Vejamos:

“Art. 485. Extingue-se o processo, sem resolução de mérito:

I - quando o juiz indeferir a petição inicial;

(...);”

Desta forma, se faz impossível o pleno direito de defesa e contraditório, visto a comprovada omissão do autor com relação aos fatos narrado e o fato desta não ter colacionado aos autos documentos exigíveis a propositura da demanda.

Subsiste óbice intransponível ao suposto direito Autoral, devendo acarretar a extinção do feito, sem resolução do mérito, conforme disposto no artigo 485, inciso I do Novo Código de Processo Civil, combinado com artigo 330, inciso I, e parágrafo primeiro, do mesmo diploma legal.

DO MÉRITO

DA VALIDADE DO REGISTRO DE OCORRÊNCIA

Verifica-se Nobre Magistrado que o boletim de ocorrência policial acostado aos autos, trata-se de mera certidão, a qual foi comunicada pelo próprio autor, documento este produzido unilateralmente, a conveniência do interessado, assim, não tem validade alguma para a presente lide.

Há de ser considerado que o boletim de ocorrência policial anexo aos autos, somente foi registrado apenas em 18/09/2018 após 3 MESES da data do alegado acidente noticiado.

Ademais, o boletim de ocorrência policial foi relatado pelo próprio autor a sua conveniência, sem testemunhas, e sem a presença da autoridade competente no local.

Em análise ao presente feito, verifica-se com estranheza que não foi apresentado Boletim de Ocorrência da data do sinistro supostamente ocorrido em 29/06/2018, não podendo ser considerado o registro de ocorrência policial apresentado como prova cabal do acidente noticiado nesta demanda.

Destarte, cabe alertar ao Nobre Julgador que, além de não ter sido apresentado o Registro de ocorrência da época do acidente, o comunicante CONVENIENTEMENTE É A VÍTIMA E AUTOR da presente lide o que causa grande espanto!

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Ressalta-se ainda o fato de que além de a vítima ser comunicante do suposto acidente, foi elaborado através dos fatos narrados pelo mesmo de forma unilateral, sem que nenhuma testemunha ou outro vitimado prestassem depoimento.

Não há justificativa para delonga tão grande, qualquer parente, amigo do autor, poderia ter comunicado o acidente a época do sinistro na delegacia competente.

No caso em apreço, exigir da ré o pagamento da indenização sem a existência de comprovação da veracidade do acidente, descaracteriza a atividade definida como seguro. Essa prova documental incumbe à parte Autoral, em razão de ser constitutiva do seu direito, de conformidade com o que estabelece o art. 373, I, do NCPC/15.

Desta forma a Ré requer a IMPROCEDENCIA TOTAL do pedido inicial, com fulcro nos artigos 487, I, do NCPC/15.

DA AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML QUANTIFICANDO A LESÃO - ÔNUS DA PROVA DO AUTOR

Pode-se observar que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber a íntegra do teto indenizatório no que se refere à invalidez de caráter permanente, vez que não trouxe aos autos laudo do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização.

Com efeito, a parte Autora deixou de juntar aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal, furtando-se de provar o percentual de invalidez e o grau de redução funcional do membro supostamente afetado, em inobservância ao art. 373, I, CPC³.

Logo, tendo a parte autora deixado de comprovar suas alegações, impõe-se a improcedência total dos pedidos Autorais.

Caso este não seja o entendimento deste Douto Juízo, prossegue a Ré em suas argumentações apenas por amor ao debate.

DO REQUERIMENTO DE DEPOIMENTO PESSOAL DA PARTE AUTORA

DAS DIVERGÊNCIAS DE INFORMAÇÕES NO BOLETIM MÉDICO DE ATENDIMENTO E NO BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Conforme dispõe o art. 385, CPC, caberá à parte interessada pugnar pela realização da prova de depoimento pessoal, quando não determinada de ofício pelo magistrado.

A Ré informa a necessidade de ser ouvida, pessoalmente, a parte autora sobre os fatos narrados na inicial, bem como toda documentação juntada aos autos, em especial o **BOLETIM MÉDICO DE ATENDIMENTO** e o **BOLETIM DE OCORRÊNCIA**.

Cumprе esclarecer, o BO não elaborado no momento do acontecimento constitui-se de uma mera declaração do comunicante. A declaração de atendimento médico, por seu turno, também se baseia exclusivamente nas informações prestadas pelo interessado, seguindo a mesma lógica acima destacada em relação ao registro do acidente. Bem como os documentos juntados aos autos, noticiadores da ocorrência de acidente de trânsito, são elementos produzidos de forma unilateral, incapazes de formar o convencimento do magistrado acerca da

³“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA DE PROVA DA INVALIDEZ PERMANENTE. LAUDO INDIRETO DO IML. INSUFICIÊNCIA. ÔNUS DA PROVA DO AUTOR. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. 1 - O pagamento de indenização com base no seguro obrigatório se restringe às hipóteses de morte da vítima ou de invalidez permanente, ainda que parcial, além da possibilidade de reembolso por despesas médicas que se fizerem necessárias em razão do acidente. 2 - Não se desincumbindo o Autor do ônus de comprovar a invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, conforme exigem os artigos 5º da Lei 6.194/74 e 333, I, do Código de Processo Civil, deve ser julgado improcedente o pleito indenizatório.” (TJ-MG - AC: 10342120045667001 MG, Relator: José Marcos Vieira, Data de Julgamento: 13/03/2014, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 24/03/2014)



efetiva existência do sinistro, podendo a parte autora ter adquirido tais lesões em qualquer outra circunstância que não a de ter se envolvido em um acidente de trânsito!

Portanto, para que não pairasse qualquer dúvida sobre a autenticidade dos documentos acostados, a Ré pugna a este d. Juízo que seja expedido ofício ao Hospital Municipal de Goianinha, no qual fora realizado o primeiro atendimento da vítima, e seja expedido ofício também a Delegacia Municipal de Goianinha na qual fora registrada a ocorrência a fim de que sejam prestados os devidos esclarecimentos pelos responsáveis, sem prejuízo do colhimento do depoimento pessoal da autora.

DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO

DA INEXISTÊNCIA DE INVALIDEZ PERMANENTE

É incontroverso que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber o Seguro Obrigatório DPVAT no que se refere à cobertura de invalidez permanente, uma vez que o próprio laudo médico acostado nos autos pelo autor constata a ausência de lesões de caráter permanente.

Verifica-se, outrossim, que a parte autora ingressou com o requerimento administrativo, o qual foi negado pela Seguradora Reguladora, ante a ausência de lesões indenizáveis.

Frisa-se que nem todas as lesões ocasionadas por acidente automotor são passíveis de indenização, pois para caracterizar invalidez permanente passível de indenização imprescindível que haja perda definitiva ou redução da funcionalidade de um membro ou órgão, ou seja, quando a recuperação ou reabilitação da área afetada é dada como inviável, ao fim do tratamento médico.

Deste modo, a Lei 6194/74 considera invalidez permanente quando a funcionalidade do órgão ou membro é afetada integralmente ou em parte. Por essa razão, lesões meramente estéticas, temporárias, ou que de qualquer forma não venham acarretar comprometimento de órgão ou função, não serão passíveis de indenização. E é exatamente o caso dos autos.

Em análise ao processo administrativo e aos documentos médicos juntados pela própria parte autora, conclui-se que o acidente ocasionou ao autor lesões que não acarretaram incapacidade funcional ou para realização de atividades ordinárias, portanto, não são passíveis de indenização.

Assim, verificada a inexistência de invalidez permanente, deverá o pedido autoral ser julgado IMPROCEDENTE, nos termos do art. 487, I, CPC.

DA AUSÊNCIA DE COBERTURA

O seguro obrigatório DPVAT é regido pela Lei n.º 6.194/74, tendo sido alterada pela Lei n.º 11.945/09, e discute matéria referente à modalidade de seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não.

Assim, temos que o seguro DPVAT dá cobertura apenas às indenizações ocasionadas por morte, invalidez e reembolso de despesas de assistências médicas e suplementares, não tendo abrangência sobre qualquer outra indenização que não seja as especificadas na letra da lei.

Verifica-se, porém, que as provas produzidas nos autos, demonstram e comprovam o contrário do que alega o Autor, o **LAUDOS MÉDICOS** atestam que a lesão apresentada é apenas temporária/recuperável, o que, por certo, não pode ser considerada INVALIDEZ, não havendo previsão de cobertura pela Lei do DPVAT.



Vale ressaltar que o convenio/seguradoras é responsável apenas pelo pagamento das indenizações dispostas na Lei 11.945/09, não podendo ter interpretação extensiva a pretensões de cunho particular por parte do Autor, que não tenham qualquer ligação com a matéria em questão.

Conclui-se assim ser impossível juridicamente o pedido do Autor, e, por ser impossível juridicamente o pedido, requer que a presente demanda seja julgada **IMPROCEDENTE**.

DA APLICABILIDADE DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Com advento da Medida Provisória nº 451/08, convertida na Lei nº 11.945/2009, estabeleceu-se percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais, de modo que se impõe a graduação da lesão para fins indenizatórios.

Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que de certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

A referida inovação legal trouxe a figura da invalidez parcial incompleta. Portanto, para dirimir o percentual indenizável no caso concreto, é imprescindível a realização de prova pericial, ocasião em que se verificará se a lesão suportada pela parte autora é parcial incompleta, apontando sua respectiva repercussão geral⁴.

No mesmo sentido, o Superior Tribunal de justiça editou a Súmula 474 pacificando o entendimento que no caso de invalidez a indenização do Seguro Obrigatório DPVAT deverá ser paga em conformidade com o grau da invalidez da vítima⁵.

Frisa-se que a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

Assim, para se chegar ao valor indenizável devido, na hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda; e

Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

Evidente, pois, inexistir qualquer direito de indenização integral a parte Autora, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez.

Sendo assim, na hipótese de condenação da seguradora, o valor indenizatório deverá ser apontado após a realização de perícia médica, constatando a extensão da lesão do autor, observando-se o método de cálculo apresentado.

⁴RECURSO CÍVEL. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. i) EM CASO DE INVALIDEZ PARCIAL, O PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT DEVE, POR IGUAL, OBSERVAR A RESPECTIVA PROPORCIONALIDADE. É VÁLIDA A UTILIZAÇÃO DE TABELA PARA REDUÇÃO PROPORCIONAL DA INDENIZAÇÃO A SER PAGA POR SEGURO DPVAT, EM SITUAÇÕES DE INVALIDEZ PARCIAL, AINDA QUE O ACIDENTE TENHA OCORRIDO ANTES DA LEI N.º 11.945/09. ii) INDENIZAÇÃO INDEVIDA. HIPÓTESE EM QUE A PARTE AUTORA NÃO FAZ JUS À COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO, POIS NÃO HOUE A DEMONSTRAÇÃO DE QUE A LESÃO SOFRIDA TENHA SIDO DE MAIOR GRAVIDADE DO QUE A INDENIZADA ADMINISTRATIVAMENTE. iii) APLICAÇÃO DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. iv) RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.

⁵**Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça** “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”



DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de Justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação⁶.

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação⁷.

Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar **máximo** de 20% (vinte por cento), nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos dos incisos I, II, III e IV do §2º art. 85, do Código de Processo Civil.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (dez por cento), conforme supracitado.

CONCLUSÃO

Considerando a sua criação com a única finalidade de atuar como administradora do Seguro Obrigatório DPVAT, requer a substituição do pólo passivo para que passe constar a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT.

Ante o exposto, reafirma o desinteresse na audiência de conciliação, conforme amplamente demonstrado no corpo da presente peça.

Requer a Ré o acolhimento das preliminares suscitada.

Em caso de eventual condenação, pugna a Ré, pela aplicação da tabela de quantificação da extensão da invalidez permanente, conforme preconiza a Súmula 474 do STJ.

Requer, outrossim, a produção de prova documental suplementar e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da vítima para que esclareça:

- Queira a vítima esclarecer a dinâmica do acidente, os veículos envolvidos e suas características, o membro ou segmento do corpo afetado e se houve encaminhamento ao hospital;
- Queira esclarecer se houve requerimento administrativo em razão do sinistro narrado na inicial ou outro sinistro;
- Se a vítima recebeu algum valor referente a este ou outro sinistro.

⁶“SÚMULA N. 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”

⁷art. 1º. (...)

§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação.



Requer a produção de prova pericial nos termos do Convênio de nº01/2013 firmado entre este Egrégio Tribunal e a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT. Assim, após a realização da perícia judicial, requer a intimação da Ré para realização do pagamento dos honorários periciais no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) em até 15 (quinze) dias.

Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer a Ré que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos com endereço à Rua São José, nº 90, Grupo 810 a 812, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP:20.0010-020, Tel: 21-3265-5600, corporativo@joaobarbosaadvass.com.br e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome do **DR. ANTONIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR**, inscrito sob o **nº5432-OAB/RN**, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

NATAL, 28 de agosto de 2019.

ANTONIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR
5432 - OAB/RN

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



QUESITOS DA RÉ

- 1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexo de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;
- 2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;
- 3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando a vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;
- 4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;
- 5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;
- 6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;
- 7 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.



TABELA DE GRADAÇÃO

Danos Corporais Previstos na Lei	Total (100%)	Intensa (75%)	Média (50%)	Leve (25%)	Residual (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	R\$ 13.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior					
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral					
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica					
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	R\$ 6.750,00	R\$ 5.062,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.687,50	R\$ 675,00
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho					
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo					
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral					
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	R\$ 1.350,00	R\$ 1.012,50	R\$ 675,00	R\$ 337,50	R\$ 135,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé					
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço					



SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/RN 980-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o nº 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa dos advogados **Antônio Martins Teixeira Junior**, inscrito na OAB/RN sob o nº 5432, **Thiago Miranda Gonçalves de Oliveira**, inscrito na OAB/RN 9.379, **Daniel Ramon da Silva**, OAB/RN 14.156, inscrita na OAB/RN sob o nº 8.707 e Fernanda **Chirstina Flôr Linhares**, inscrita na OAB/RN sob o nº 12.101, todos com escritório na Rua Miguel Arcanjo Galvao, N. 1952 - Ed Plenarium 9º andar, sala 906, Lagoa Nova, Natal - RN - CEP: 59.064-560, os poderes que lhes foram conferidos por **PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS e SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **FLAVIO LUIZ DA SILVA**, em curso perante a **23ª VARA CÍVEL** da comarca de **NATAL**, nos autos do Processo nº 08315017520198205001.

Rio de Janeiro, 28 de agosto de 2019.

JOÃO ALVES BARBSA FILHO - OAB/RN 980-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 25 de Fevereiro de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190162703

Vítima: FLAVIO LUIZ DA SILVA

Data do Acidente: 29/06/2018

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: WELLITON JOSE GADELHA FARIAS II

Assunto: ABERTURA DE PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Senhor(a), FLAVIO LUIZ DA SILVA

Informamos que o seu pedido do Seguro DPVAT foi cadastrado.

Para cobertura de Invalidez Permanente, o valor indenizável é de até R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). A indenização é estabelecida de acordo com o grau da lesão permanente sofrida pela vítima, com base na tabela estabelecida na Lei nº 6.194, de 1974.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 (trinta) dias, contatos a partir do recebimento de toda a documentação necessária pela seguradora.**

Caso sejam necessários documentos e/ou informações complementares, o prazo de 30 (trinta) dias será interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber toda documentação adicional solicitada.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, acesse o nosso site para maiores informações.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Carta nº 13989481





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 01 de Março de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190162703

Vítima: FLAVIO LUIZ DA SILVA

Data do Acidente: 29/06/2018

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: WELLITON JOSE GADELHA FARIAS II

Assunto: PEDIDO DO SEGURO DPVAT NEGADO

Senhor(a), FLAVIO LUIZ DA SILVA

Após a análise dos documentos apresentados no pedido do Seguro DPVAT, a indenização foi negada, conforme esclarecemos:

Foi verificado que o dano pessoal evoluiu sem sequelas definitivas, razão pela qual não foi caracterizada a invalidez permanente coberta pelo Seguro DPVAT.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, acesse o nosso site para maiores orientações.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Pag. 00317/00318 - carta_04 - INVALIDEZ

00040159



Carta nº 14017832



PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



DADOS DO SINISTRO

Número: 3190162703 **Cidade:** Goianinha **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: FLAVIO LUIZ DA SILVA **Data do acidente:** 29/06/2018 **Seguradora:** PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS

PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 28/02/2019

Valoração do IML: 0

Perícia médica: Não

Diagnóstico: TRAUMA CORTO-CONTUSO EM REGIÃO TENAR À ESQUERDA.

Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CIRÚRGICO (DESTRIDAMENTO E LIMPEZA CIRÚRGICA) E ALTA MÉDICA.

Sequelas permanentes:

Sequelas: Sem sequela

Conduta mantida:

Quantificação das sequelas:

Documentos complementares:

Observações: EM TODOS OS DOCUMENTOS MÉDICOS ACOSTADOS NÃO SE EVIDENCIA PRESENÇA DE SEQUELAS PERMANENTES QUE NÃO SEJAM SUSCETÍVEIS DE AMENIZAÇÃO PROPORCIONADA POR QUALQUER MEDIDA TERAPÊUTICA.

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
		Total	0 %	R\$ 0,00



PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



DADOS DO SINISTRO

Número: 3190162703 **Cidade:** Goianinha **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: FLAVIO LUIZ DA SILVA **Data do acidente:** 29/06/2018 **Seguradora:** PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS

PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 28/02/2019

Valoração do IML: 0

Perícia médica: Não

Diagnóstico: TRAUMA CORTO-CONTUSO EM REGIÃO TENAR À ESQUERDA.

Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CIRÚRGICO (DESRIDAMENTO E LIMPEZA CIRÚRGICA) E ALTA MÉDICA.

Sequelas permanentes:

Sequelas: Sem sequela

Conduta mantida:

Quantificação das sequelas:

Documentos complementares:

Observações: EM TODOS OS DOCUMENTOS MÉDICOS ACOSTADOS NÃO SE EVIDENCIA PRESENÇA DE SEQUELAS PERMANENTES QUE NÃO SEJAM SUSCETÍVEIS DE AMENIZAÇÃO PROPORCIONADA POR QUALQUER MEDIDA TERAPÊUTICA.

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
		Total	0 %	R\$ 0,00



Juntada de honorários periciais.





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 23ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL/RN

Processo: 08315017520198205001

PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **FLAVIO LUIZ DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer que seja determinada a juntada do **RECIBO DE PAGAMENTO** em anexo, com fito de **comprovar o pagamento dos honorários do perito nomeado pelo Juízo**.

Termo em que,
Pede Juntada.

NATAL, 9 de setembro de 2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/RN 980-A

ANTONIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR
5432 - OAB/RN





N° DA PARCELA		DATA DO DEPÓSITO	AGÊNCIA (PREF / DV)	N° DA CONTA JUDICIAL
0		02/09/2019	3795	300133296810
DATA DA GUIA	N° DA GUIA	N° DO PROCESSO	TRIBUNAL	TIPO DE JUSTIÇA
30/08/2019	2638474	08315017520198205001	TRIBUNAL DE JUSTICA	
COMARCA	ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)	
NATAL	23 VARA CIVEL	RÉU	200,00	
NOME DO RÉU/IMPETRADO		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
		Jurídico		
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
FLAVIO LUIZ DA SILVA		Física	06024961448	
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA				
93D4B32EA7E8DD6C				



habilitacao



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

JUÍZO DE DIREITO DA 23ª VARA CÍVEL - NATAL/RN

processo nº 0831501-75.2019.8.20.5001

Autor: FLAVIO LUIZ DA SILVA

Réu: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

ATO ORDINATÓRIO

Considerando que foi juntada CONTESTAÇÃO AO PEDIDO INICIAL pela parte requerida, conforme ID 48411061, com permissão do artigo 203, § 4º do CPC c/c o artigo 4º, inciso V do Provimento 10, de 06.07.2005 da Corregedoria de Justiça, INTIMO a parte autora, por seu advogado, para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar REPLICA Á CONTESTAÇÃO.

Natal/RN, 16 de dezembro de 2019

JOSE WILLIAM INACIO DE FRANCA

Auxiliar Técnico Judiciário



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

JUÍZO DE DIREITO DA 23ª VARA CÍVEL - NATAL/RN

processo nº 0831501-75.2019.8.20.5001

Autor: FLAVIO LUIZ DA SILVA

Réu: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

ATO ORDINATÓRIO

Considerando que foi juntada CONTESTAÇÃO AO PEDIDO INICIAL pela parte requerida, conforme ID 48411061, com permissão do artigo 203, § 4º do CPC c/c o artigo 4º, inciso V do Provimento 10, de 06.07.2005 da Corregedoria de Justiça, INTIMO a parte autora, por seu advogado, para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar REPLICA Á CONTESTAÇÃO.

Natal/RN, 16 de dezembro de 2019

JOSE WILLIAM INACIO DE FRANCA

Auxiliar Técnico Judiciário





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

23ª Vara Cível da Comarca de Natal

Rua Doutor Lauro Pinto, 315, Candelaria, NATAL - RN - CEP: 59064-250

Processo nº: 0831501-75.2019.8.20.5001

CERTIDÃO

CERTIFICO, em razão de meu ofício, que decorreu o prazo legal, sem que a parte autora, devidamente intimada por seu advogado, tenha se manifestado acerca da contestação. Dou fé.

Natal/RN, 12 de março de 2020

RICARDO PEREIRA DOS SANTOS

Chefe de Secretaria

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
23ª Vara Cível da Comarca de Natal

Processo nº: 0831501-75.2019.8.20.5001

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que, em resposta ao ofício Nº035/2019 expedido por este juízo foi transferido o valor de honorário pericial, para conta fornecida pelo médico perito Dr. Eucimar Pereira Guimarães, CRM nº 4166 conforme informação do Banco do Brasil e comprovante arquivado nesta Secretaria.

Natal, 12 de março de 2020.

RICARDO PEREIRA DOS SANTOS

Chefe de Secretaria

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
23ª Vara Cível da Comarca de Natal
Rua Doutor Lauro Pinto, 315, Candelaria, NATAL - RN - CEP: 59064-250

Processo: 0831501-75.2019.8.20.5001

Ação: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: FLAVIO LUIZ DA SILVA

RÉU: SEGURADORA DPVAT

DESPACHO

Vistos hoje,

Analisando os autos verifico que o autor compareceu a perícia, mas não foi possível realizá-la por ausência de documentos médicos da época do acidente.

Diante do que, converto o julgamento em diligência para determinar que o autor junte no prazo de 30 (trinta) dias, cópias do prontuário médico de atendimento no dia do acidente.

Cumprida a determinação, deverá a secretária encaminhar os autos conclusos para marcar a perícia médica com o mesmo médico perito que consta no id nº 48258510.

P.I.C.

NATAL/RN, 28 de abril de 2020

EUSTÁQUIO JOSÉ FREIRE DE FARIAS

Juiz de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
23ª Vara Cível da Comarca de Natal
Rua Doutor Lauro Pinto, 315, Candelaria, NATAL - RN - CEP: 59064-250

Processo: 0831501-75.2019.8.20.5001

Ação: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: FLAVIO LUIZ DA SILVA

RÉU: SEGURADORA DPVAT

DESPACHO

Vistos hoje,

Analisando os autos verifico que o autor compareceu a perícia, mas não foi possível realizá-la por ausência de documentos médicos da época do acidente.

Diante do que, converto o julgamento em diligência para determinar que o autor junte no prazo de 30 (trinta) dias, cópias do prontuário médico de atendimento no dia do acidente.

Cumprida a determinação, deverá a secretária encaminhar os autos conclusos para marcar a perícia médica com o mesmo médico perito que consta no id nº 48258510.

P.I.C.

NATAL/RN, 28 de abril de 2020

EUSTÁQUIO JOSÉ FREIRE DE FARIAS

Juiz de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)





Juntada de petição.





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 23ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL/RN

Processo: 08315017520198205001

PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **FLAVIO LUIZ DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa., informar para ao final requerer o que segue:

Primeiramente, deve ser observado que não foi possível a realização de perícia médica, visto que o autor não levou documentos médicos.

Mesmo intimado, o autor não trouxe aos autos documentos requeridos, deixando correr *in albis* o prazo estabelecido, inviabilizando a realização da perícia.

Dessa forma, tendo em vista que são ineficientes os documentos trazidos aos autos, e que o autor não procurou promover a devida instrução dos autos com as provas constitutivas do seu direito, requer o julgamento pela total improcedência dos pedidos.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

NATAL, 10 de agosto de 2020.

ANTONIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR
5432 - OAB/RN



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
23ª Vara Cível da Comarca de Natal

Processo: 0831501-75.2019.8.20.5001

CERTIDÃO

Certifico, em razão do meu ofício, que em data de 19.08.2020 decorreu o prazo de 30 dias, sem manifestação da parte autora a respeito da publicação do Despacho ID 55348525, apesar de devidamente intimada por seu(a) advogado(a). Certifico, finalmente, que em face do ocorrido faço os autos conclusos ao MM Juiz de Direito. O referido é verdade. Dou fé.

Natal, 6 de novembro de 2020.

Ricardo Pereira dos Santos

Chefe da Secretaria

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

23ª Vara Cível da Comarca de Natal

Rua Doutor Lauro Pinto, 315, Candelaria, NATAL - RN - CEP: 59064-250

Processo: 0831501-75.2019.8.20.5001

Ação: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: FLAVIO LUIZ DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

SENTENÇA

I

–

RELATÓRIO

Vistos hoje,

Flávio Luiz da Silva, qualificado nos autos, por intermédio de seu advogado, ingressou em juízo com a presente Ação de Cobrança de Seguro DPVAT em face da Porto Seguro Cia de Seguros Gerais, igualmente qualificada.

O autor aduz, em síntese, que foi vítima de acidente automobilístico em 29 de julho de 2018, o qual acarretou lesões de caráter permanente. Pelas razões expostas entender fazer jus a indenização no valor correspondente a lesão apurada na perícia médica, bem como requer a concessão do benefício da justiça gratuita.

A inicial veio acompanhada de documentos



Devidamente citada, a parte ré apresentou contestação acompanhada dos documentos, aduzindo inicialmente a inépcia da inicial por ausência do boletim de primeiro atendimento.

No mérito, questiona a validade do registro de ocorrência, alega a ausência do Laudo do IML, a inexistência de invalidez permanente e a ausência de cobertura, Requer a aplicabilidade da súmula 474 do STJ e aplicação das Leis 11.482/2007 e Leis 11.945/2009. Discorre, por fim, sobre a não incidência da correção monetária e juros a partir do evento danoso, devendo, em caso de procedência, ser fixado o termo inicial a partir da instauração da relação processual e a fixação dos honorários advocatícios em 10% (dez por cento). Pelas razões aduzidas, pugna pela improcedência dos pleitos formulados.

Aprazada a perícia médica, o perito informou a impossibilidade da realização do exame em virtude da ausência de documentos hospitalares.

Intimado, por seu advogado, para suprir a ausência de documentos, este permaneceu inerte.

Após, foi intimada a parte ré que se manifestou pela extinção da ação.

Vieram-me os autos conclusos.

É o relatório. Decido.

II – FUNDAMENTAÇÃO.

O autor requer a indenização que entende ser devida, em razão de ter sido vítima de acidente automobilístico que afirma ter acarretado sua invalidez permanente.

Sendo assim, aplicável é a Lei nº 6.194/74, com as modificações posteriores, a qual dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via



terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não. Pois bem, analisando a redação do dispositivo que estabelece a cobertura do seguro temos:

“Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: (...)”

Em seu art. 5º, dispõe:

“Art . 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples **prova do acidente e do dano decorrente**, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.”(grifo acrescido).

Dessa forma, para que o pleito do autor possa prosperar, necessária é a prova do acidente e da sua invalidez permanente. No entanto, conforme petição do perito de ID 482588511, não há nos autos documentos que informe o local das lesões sofridas pelo autora, apenas consta documento que comprova internação, ficando a realização do exame prejudicada.

O autor foi intimado, por seu advogado, para suprir a ausência dos documentos e instruir o processo, no entanto, decorreu o prazo sem qualquer manifestação.

Desse modo, diante da ausência de documentos comprobatórios acostados aos autos e da impossibilidade de quantificar a invalidez permanente sofrida, restou prejudicado a comprovação do nexo de causalidade entre o acidente com o dano atestado pelo autor.

Sobre o tema, a jurisprudência se manifesta:

“RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT. ACIDENTE DE TRÂNSITO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO NEXO CAUSAL. DIREITO À INDENIZAÇÃO NÃO



CONFIGURADO. SENTENÇA MANTIDA. Não há provas suficientes e seguras do nexo causal entre o fato, ocorrido em 2005, e o dano descrito; não serve a tanto simples relatório médico contendo declaração unilateral sobre eventos do paciente. **Ausente as provas do nexo causal, não há falar em indenização.** Assim, a sentença merece ser confirmada pelos próprios fundamentos. RECURSO IMPROVIDO. (Recurso Cível Nº 71004399374, Primeira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Roberto José Ludwig, Julgado em 20/08/2013) (grifo meu)

(TJ-RS-Recurso Cível: 71004399374 RS, Relator: Roberto José Ludwig, Data de Julgamento: 20/08/2013, Primeira Turma Recursal Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 22/08/2013)

Destarte, não comprovado o nexo de causalidade, não há que se falar no pagamento do seguro pretendido.

III – DISPOSITIVO.

Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido formulado pelo autor em face da Porto Seguro Cia de Seguros Gerais, fato pelo que EXTINGO o feito com resolução do mérito, nos termos do art. 487, inc. I, do Novo CPC.

Condeno a parte autora a pagar honorários advocatícios que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, cuja exigibilidade, entretanto, fica suspensa pelo prazo prescricional de 05 (cinco) anos, por ser a parte vencida beneficiária da justiça gratuita, de modo que, durante esse período deverá a parte demandada provar a melhoria das condições financeiras da parte autora, demonstrando que a requerente possa fazer o pagamento sem prejuízo do sustento próprio ou da família, ficando a autora obrigada a pagar as verbas sucumbenciais na caracterização desta hipótese (art. 12 da Lei 1.060/50).

Sem custas (Art. 38, inc. I, da Lei Estadual nº 9.278/2006).

Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos independentemente de nova conclusão.



Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

NATAL /RN, 6 de novembro de 2020.

EUSTÁQUIO JOSÉ FREIRE DE FARIAS

Juiz de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

23ª Vara Cível da Comarca de Natal

Rua Doutor Lauro Pinto, 315, Candelaria, NATAL - RN - CEP: 59064-250

Processo: 0831501-75.2019.8.20.5001

Ação: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: FLAVIO LUIZ DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

SENTENÇA

I

–

RELATÓRIO

Vistos hoje,

Flávio Luiz da Silva, qualificado nos autos, por intermédio de seu advogado, ingressou em juízo com a presente Ação de Cobrança de Seguro DPVAT em face da Porto Seguro Cia de Seguros Gerais, igualmente qualificada.

O autor aduz, em síntese, que foi vítima de acidente automobilístico em 29 de julho de 2018, o qual acarretou lesões de caráter permanente. Pelas razões expostas entender fazer jus a indenização no valor correspondente a lesão apurada na perícia médica, bem como requer a concessão do benefício da justiça gratuita.

A inicial veio acompanhada de documentos



Devidamente citada, a parte ré apresentou contestação acompanhada dos documentos, aduzindo inicialmente a inépcia da inicial por ausência do boletim de primeiro atendimento.

No mérito, questiona a validade do registro de ocorrência, alega a ausência do Laudo do IML, a inexistência de invalidez permanente e a ausência de cobertura, Requer a aplicabilidade da súmula 474 do STJ e aplicação das Leis 11.482/2007 e Leis 11.945/2009. Discorre, por fim, sobre a não incidência da correção monetária e juros a partir do evento danoso, devendo, em caso de procedência, ser fixado o termo inicial a partir da instauração da relação processual e a fixação dos honorários advocatícios em 10% (dez por cento). Pelas razões aduzidas, pugna pela improcedência dos pleitos formulados.

Aprazada a perícia médica, o perito informou a impossibilidade da realização do exame em virtude da ausência de documentos hospitalares.

Intimado, por seu advogado, para suprir a ausência de documentos, este permaneceu inerte.

Após, foi intimada a parte ré que se manifestou pela extinção da ação.

Vieram-me os autos conclusos.

É o relatório. Decido.

II – FUNDAMENTAÇÃO.

O autor requer a indenização que entende ser devida, em razão de ter sido vítima de acidente automobilístico que afirma ter acarretado sua invalidez permanente.

Sendo assim, aplicável é a Lei nº 6.194/74, com as modificações posteriores, a qual dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via



terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não. Pois bem, analisando a redação do dispositivo que estabelece a cobertura do seguro temos:

“Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: (...)”

Em seu art. 5º, dispõe:

“Art . 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples **prova do acidente e do dano decorrente**, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.”(grifo acrescido).

Dessa forma, para que o pleito do autor possa prosperar, necessária é a prova do acidente e da sua invalidez permanente. No entanto, conforme petição do perito de ID 482588511, não há nos autos documentos que informe o local das lesões sofridas pelo autora, apenas consta documento que comprova internação, ficando a realização do exame prejudicada.

O autor foi intimado, por seu advogado, para suprir a ausência dos documentos e instruir o processo, no entanto, decorreu o prazo sem qualquer manifestação.

Desse modo, diante da ausência de documentos comprobatórios acostados aos autos e da impossibilidade de quantificar a invalidez permanente sofrida, restou prejudicado a comprovação do nexo de causalidade entre o acidente com o dano atestado pelo autor.

Sobre o tema, a jurisprudência se manifesta:

“RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT. ACIDENTE DE TRÂNSITO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO NEXO CAUSAL. DIREITO À INDENIZAÇÃO NÃO



CONFIGURADO. SENTENÇA MANTIDA. Não há provas suficientes e seguras do nexo causal entre o fato, ocorrido em 2005, e o dano descrito; não serve a tanto simples relatório médico contendo declaração unilateral sobre eventos do paciente. **Ausente as provas do nexo causal, não há falar em indenização.** Assim, a sentença merece ser confirmada pelos próprios fundamentos. RECURSO IMPROVIDO. (Recurso Cível Nº 71004399374, Primeira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Roberto José Ludwig, Julgado em 20/08/2013) (grifo meu)

(TJ-RS-Recurso Cível: 71004399374 RS, Relator: Roberto José Ludwig, Data de Julgamento: 20/08/2013, Primeira Turma Recursal Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 22/08/2013)

Destarte, não comprovado o nexo de causalidade, não há que se falar no pagamento do seguro pretendido.

III – DISPOSITIVO.

Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido formulado pelo autor em face da Porto Seguro Cia de Seguros Gerais, fato pelo que EXTINGO o feito com resolução do mérito, nos termos do art. 487, inc. I, do Novo CPC.

Condeno a parte autora a pagar honorários advocatícios que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, cuja exigibilidade, entretanto, fica suspensa pelo prazo prescricional de 05 (cinco) anos, por ser a parte vencida beneficiária da justiça gratuita, de modo que, durante esse período deverá a parte demandada provar a melhoria das condições financeiras da parte autora, demonstrando que a requerente possa fazer o pagamento sem prejuízo do sustento próprio ou da família, ficando a autora obrigada a pagar as verbas sucumbenciais na caracterização desta hipótese (art. 12 da Lei 1.060/50).

Sem custas (Art. 38, inc. I, da Lei Estadual nº 9.278/2006).

Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos independentemente de nova conclusão.



Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

NATAL /RN, 6 de novembro de 2020.

EUSTÁQUIO JOSÉ FREIRE DE FARIAS

Juiz de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

23ª Vara Cível da Comarca de Natal

Rua Doutor Lauro Pinto, 315, Candelaria, NATAL - RN - CEP: 59064-250

Processo: 0831501-75.2019.8.20.5001

Ação: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: FLAVIO LUIZ DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

SENTENÇA

I

–

RELATÓRIO

Vistos hoje,

Flávio Luiz da Silva, qualificado nos autos, por intermédio de seu advogado, ingressou em juízo com a presente Ação de Cobrança de Seguro DPVAT em face da Porto Seguro Cia de Seguros Gerais, igualmente qualificada.

O autor aduz, em síntese, que foi vítima de acidente automobilístico em 29 de julho de 2018, o qual acarretou lesões de caráter permanente. Pelas razões expostas entender fazer jus a indenização no valor correspondente a lesão apurada na perícia médica, bem como requer a concessão do benefício da justiça gratuita.

A inicial veio acompanhada de documentos



Devidamente citada, a parte ré apresentou contestação acompanhada dos documentos, aduzindo inicialmente a inépcia da inicial por ausência do boletim de primeiro atendimento.

No mérito, questiona a validade do registro de ocorrência, alega a ausência do Laudo do IML, a inexistência de invalidez permanente e a ausência de cobertura, Requer a aplicabilidade da súmula 474 do STJ e aplicação das Leis 11.482/2007 e Leis 11.945/2009. Discorre, por fim, sobre a não incidência da correção monetária e juros a partir do evento danoso, devendo, em caso de procedência, ser fixado o termo inicial a partir da instauração da relação processual e a fixação dos honorários advocatícios em 10% (dez por cento). Pelas razões aduzidas, pugna pela improcedência dos pleitos formulados.

Aprazada a perícia médica, o perito informou a impossibilidade da realização do exame em virtude da ausência de documentos hospitalares.

Intimado, por seu advogado, para suprir a ausência de documentos, este permaneceu inerte.

Após, foi intimada a parte ré que se manifestou pela extinção da ação.

Vieram-me os autos conclusos.

É o relatório. Decido.

II – FUNDAMENTAÇÃO.

O autor requer a indenização que entende ser devida, em razão de ter sido vítima de acidente automobilístico que afirma ter acarretado sua invalidez permanente.

Sendo assim, aplicável é a Lei nº 6.194/74, com as modificações posteriores, a qual dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via



terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não. Pois bem, analisando a redação do dispositivo que estabelece a cobertura do seguro temos:

“Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: (...)”

Em seu art. 5º, dispõe:

“Art . 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples **prova do acidente e do dano decorrente**, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.”(grifo acrescido).

Dessa forma, para que o pleito do autor possa prosperar, necessária é a prova do acidente e da sua invalidez permanente. No entanto, conforme petição do perito de ID 482588511, não há nos autos documentos que informe o local das lesões sofridas pelo autora, apenas consta documento que comprova internação, ficando a realização do exame prejudicada.

O autor foi intimado, por seu advogado, para suprir a ausência dos documentos e instruir o processo, no entanto, decorreu o prazo sem qualquer manifestação.

Desse modo, diante da ausência de documentos comprobatórios acostados aos autos e da impossibilidade de quantificar a invalidez permanente sofrida, restou prejudicado a comprovação do nexo de causalidade entre o acidente com o dano atestado pelo autor.

Sobre o tema, a jurisprudência se manifesta:

“RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT. ACIDENTE DE TRÂNSITO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO NEXO CAUSAL. DIREITO À INDENIZAÇÃO NÃO



CONFIGURADO. SENTENÇA MANTIDA. Não há provas suficientes e seguras do nexo causal entre o fato, ocorrido em 2005, e o dano descrito; não serve a tanto simples relatório médico contendo declaração unilateral sobre eventos do paciente. **Ausente as provas do nexo causal, não há falar em indenização.** Assim, a sentença merece ser confirmada pelos próprios fundamentos. RECURSO IMPROVIDO. (Recurso Cível Nº 71004399374, Primeira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Roberto José Ludwig, Julgado em 20/08/2013) (grifo meu)

(TJ-RS-Recurso Cível: 71004399374 RS, Relator: Roberto José Ludwig, Data de Julgamento: 20/08/2013, Primeira Turma Recursal Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 22/08/2013)

Destarte, não comprovado o nexo de causalidade, não há que se falar no pagamento do seguro pretendido.

III – DISPOSITIVO.

Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido formulado pelo autor em face da Porto Seguro Cia de Seguros Gerais, fato pelo que EXTINGO o feito com resolução do mérito, nos termos do art. 487, inc. I, do Novo CPC.

Condeno a parte autora a pagar honorários advocatícios que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, cuja exigibilidade, entretanto, fica suspensa pelo prazo prescricional de 05 (cinco) anos, por ser a parte vencida beneficiária da justiça gratuita, de modo que, durante esse período deverá a parte demandada provar a melhoria das condições financeiras da parte autora, demonstrando que a requerente possa fazer o pagamento sem prejuízo do sustento próprio ou da família, ficando a autora obrigada a pagar as verbas sucumbenciais na caracterização desta hipótese (art. 12 da Lei 1.060/50).

Sem custas (Art. 38, inc. I, da Lei Estadual nº 9.278/2006).

Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos independentemente de nova conclusão.



Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

NATAL /RN, 6 de novembro de 2020.

EUSTÁQUIO JOSÉ FREIRE DE FARIAS

Juiz de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)



AO JUÍZO DA 23ª VARA CÍVEL DA JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO NORTE.

Processo nº 0831501-75-2019.8.20.5001

FLÁVIO LUIZ DA SILVA, já qualificado nos autos em referência ajuizado em face de PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS, também devidamente qualificada, vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, por seu advogado adiante assinado, inconformado com a respeitável sentença de piso, interpor **RECURSO DE APELAÇÃO** nos termos dos arts. 1.009 e ss. do Código de Processo Civil, através das razões anexas, as quais requer, após processadas, sejam remetidas à apreciação do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte, com as cautelas legais.

Informa que deixou de efetuar o preparo, haja vista que é beneficiário da justiça gratuita.

Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

Natal/RN, 11 de novembro de 2020.

CLAUDIMIR JOSE FERREIRA VELHO

OAB/RN 7.268

EXCELENTÍSSIMO(A) DESEMBARGADOR(A) RELATOR(A)

RAZÕES DO RECURSO DE APELAÇÃO

Nº DO PROCESSO: 0831501-75.2019.8.20.5001



RECORRENTE: **FRAVIO LUIZ DA SILVA**

RECORRIDO: PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS S.A

VARA DE ORIGEM: 23ª VARA CÍVEL

ILUSTRES JULGADORES,

Antes de tudo, porém, esclarece que A SENTENÇA teve sua expedição eletrônica registrada em 06/11/2020. O Apelante, por sua vez, tomou ciência da decisão na data de 11/11/2020, e, considerando que o prazo começa a fluir no primeiro dia útil após a publicação (art. 224, § 3º, do CPC), o quinquídio legal estabelecido para oposição dos presentes embargos finda somente em 03/12/2020.

Logo, evidenciado o pressuposto da tempestividade, deve a peça ser conhecida e julgada.

I - DA SÍNTESE PROCESSUAL E DA DECISÃO APELADA

O apelante ingressou com a presente ação de cobrança de seguro DPVAT, tendo como propósito de indenização oriunda de acidente de trânsito, eis que não paga.

Não foi realizada a perícia médica judicial na parte, o pois o perito alegou ” a impossibilidade de realizar em virtude de ausência de documentos hospitalares” .

Após , foi proferida sentença de improcedência nos seguintes termos:

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

23ª Vara Cível da Comarca de Natal

Rua Doutor Lauro Pinto, 315, Candelaria, NATAL - RN - CEP: 59064-250

Processo: 0831501-75.2019.8.20.5001

Ação: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: FLAVIO LUIZ DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

SENTENÇA



I – RELATÓRIO.

Vistos hoje,

Flávio Luiz da Silva, qualificado nos autos, por intermédio de seu advogado, ingressou em juízo com a presente Ação de Cobrança de Seguro DPVAT em face da Porto Seguro Cia de Seguros Gerais, igualmente qualificada. O autor aduz, em síntese, que foi vítima de acidente automobilístico em 29 de julho de 2018, o qual acarretou lesões de caráter permanente. Pelas razões expostas entender fazer jus a indenização no valor correspondente a lesão apurada na perícia médica, bem como requer a concessão do benefício da justiça gratuita. A inicial veio acompanhada de documentos. Devidamente citada, a parte ré apresentou contestação acompanhada dos documentos, aduzindo inicialmente a inépcia da inicial por ausência do boletim de primeiro atendimento. No mérito, questiona a validade do registro de ocorrência, alega a ausência do Laudo do IML, a inexistência de invalidez permanente e a ausência de cobertura, Requer a aplicabilidade da súmula 474 do STJ e aplicação das Leis 11.482/2007 e Leis 11.945/2009. Discorre, por fim, sobre a não incidência da correção monetária e juros a partir do evento danoso, devendo, em caso de procedência, ser fixado o termo inicial a partir da instauração da relação processual e a fixação dos honorários advocatícios em 10% (dez por cento). Pelas razões aduzidas, pugna pela improcedência dos pleitos formulados. Aprazada a perícia médica, o perito informou a impossibilidade da realização do exame em virtude da ausência de documentos hospitalares. Intimado, por seu advogado, para suprir a ausência de documentos, este permaneceu inerte. Após, foi intimada a parte ré que se manifestou pela extinção da ação. Vieram-me os autos conclusos. É o relatório. Decido.

II – FUNDAMENTAÇÃO.

O autor requer a indenização que entende ser devida, em razão de ter sido vítima de acidente automobilístico que afirma ter acarretado sua invalidez permanente. Sendo assim, aplicável é a Lei nº 6.194/74, com as modificações posteriores, a qual dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não. Pois bem, analisando a redação do dispositivo que estabelece a cobertura do seguro temos: “Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: (...)” Em seu art. 5º, dispõe: “Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples **prova do acidente e do dano decorrente**, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.” (grifo acrescido).

Dessa forma, para que o pleito do autor possa prosperar, necessária é a prova do acidente e da sua invalidez permanente. No entanto, conforme petição do perito de ID 482588511, não há nos autos documentos que informe o local das lesões sofridas pelo autor, apenas consta documento que comprova internação, ficando a realização do exame prejudicada.

O autor foi intimado, por seu advogado, para suprir a ausência dos documentos e instruir o processo, no entanto, decorreu o prazo sem qualquer manifestação.



Desse modo, diante da ausência de documentos comprobatórios acostados aos autos e da impossibilidade de quantificar a invalidez permanente sofrida, restou prejudicado a comprovação do nexo de causalidade entre o acidente com o dano atestado pelo autor.

Sobre o tema, a jurisprudência se manifesta:

“RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT. ACIDENTE DE TRÂNSITO. **AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO NEXO CAUSAL**. DIREITO À INDENIZAÇÃO NÃO CONFIGURADO. SENTENÇA MANTIDA. Não há provas suficientes e seguras do nexo causal entre o fato, ocorrido em 2005, e o dano descrito; não serve a tanto simples relatório médico contendo declaração unilateral sobre eventos do paciente. **Ausente as provas do nexo causal, não há falar em indenização**. Assim, a sentença merece ser confirmada pelos próprios fundamentos. RECURSO IMPROVIDO. (Recurso Cível Nº 71004399374, Primeira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Roberto José Ludwig, Julgado em 20/08/2013) (grifo meu)

(TJ-RS-Recurso Cível: 71004399374 RS, Relator: Roberto José Ludwig, Data de Julgamento: 20/08/2013, Primeira Turma Recursal Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 22/08/2013)

Destarte, não comprovado o nexo de causalidade, não há que se falar no pagamento do seguro pretendido.

III – DISPOSITIVO.

Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido formulado pelo autor em face da Porto Seguro Cia de Seguros Gerais, fato pelo que EXTINGO o feito com resolução do mérito, nos termos do art. 487, Inc. I, do Novo CPC.

Condeno a parte autora a pagar honorários advocatícios que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, cuja exigibilidade, entretanto, fica suspensa pelo prazo prescricional de 05 (cinco) anos, por ser a parte vencida beneficiária da justiça gratuita, de modo que, durante esse período deverá a parte demandada provar a melhoria das condições financeiras da parte autora, demonstrando que a requerente possa fazer o pagamento sem prejuízo do sustento próprio ou da família, ficando a autora obrigada a pagar as verbas sucumbenciais na caracterização desta hipótese (art. 12 da Lei 1.060/50).

Sem custas (Art. 38, inc. I, da Lei Estadual nº 9.278/2006).

Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos independentemente de nova conclusão.

Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

NATAL /RN, 6 de novembro de 2020.

EUSTÁQUIO JOSÉ FREIRE DE FARIAS



(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419)

A sentença foi improcedente sob o argumento que não havia nos autos documento hospitalares , o que não é verdade, conforme ID:47186148, esta acostados os prontuários médicos cirúrgicos, onde de maneira minuciosa descreve a lesão do autor.

Contudo, com a devida *venia*, foi omissa o perito ao que “não realizou a perícia em virtude de ausência de documentos hospitalares”, bem como o juízo de primeiro piso ao prolatar a sentença deixou de analisar documentos hospitalares relevantes trazidos ao processo ID:47186148.

II – DOS REQUERIMENTOS FINAIS

Diante de todo o exposto, requer seja recebido o Recurso de Apelação, que seja reformada a sentença que negou o direito do autor por falta de documentos médicos hospitalares , pois os referidos documentos hospitalares estão acostados aos autos ID:47186148.

E que seja remarcada uma nova perícia afim de se possa aferir ou não as sequelas decorrente do acidente.

Nesses termos,

pede e espera pelo deferimento.

Natal/RN, 11 de Novembro de 2020.

CLAUDIMIR JOSÉ FERREIRA VELHO

OAB/RN 7268





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
JUÍZO DE DIREITO DA 23ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL/RN

0831501-75.2019.8.20.5001

ATO ORDINATÓRIO

Considerando que foi interposto Recurso de Apelação, com permissão do artigo 203, § 4º do CPC c/c o artigo 4º, inciso V do Provimento 10, de 06.07.2005 da Corregedoria de Justiça, INTIMO a parte apelada para apresentar CONTRARRAZÕES, no prazo de 15 (quinze) dias.

Natal/RN, 12 de janeiro de 2021

GABRIELLA BEZERRA FORTALEZA MARINHO

Chefe de Secretaria em substituição legal



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
JUÍZO DE DIREITO DA 23ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL/RN

0831501-75.2019.8.20.5001

ATO ORDINATÓRIO

Considerando que foi interposto Recurso de Apelação, com permissão do artigo 203, § 4º do CPC c/c o artigo 4º, inciso V do Provimento 10, de 06.07.2005 da Corregedoria de Justiça, INTIMO a parte apelada para apresentar CONTRARRAZÕES, no prazo de 15 (quinze) dias.

Natal/RN, 12 de janeiro de 2021

GABRIELLA BEZERRA FORTALEZA MARINHO

Chefe de Secretaria em substituição legal



Juntada de contrarrazões ao Recurso.





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 23ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL/RN

PROCESSO: 08315017520198205001

PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS e SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representadas, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **FLAVIO LUIZ DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, apresentar suas **CONTRARRAZÕES AO RECURSO**, o que faz consubstanciado nas razões anexas, requerendo seu regular processamento e ulterior envio à Câmara Cível.

Termo em que,
Pede Juntada.

NATAL, 21 de janeiro de 2021.

JOÃO BARBOSA

OAB/RN 980-A

ANTONIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR

5432 - OAB/RN

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



PROCESSO ORIGINÁRIO DA 23ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL / RN

PROCESSO N.º 08315017520198205001

APELANTE: FLAVIO LUIZ DA SILVA

APELADAS: PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS E SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

CONTRARRAZÕES DE RECURSO

COLENDIA CÂMARA,

INCLÍTOS JULGADORES,

DAS RAZÕES PARA MANUTENÇÃO DA SENTENÇA

Trata-se de ação proposta visando o recebimento do Seguro Obrigatório DPVAT, em que o Apelante sustenta ter sofrido acidente automobilístico que resultou sua invalidez permanente.

Desta forma, ajuizou a presente demanda com o fito de receber a integralidade do prêmio do DPVAT, sem que fizesse prova de sua invalidez total.

Todavia, o Juízo monocrático, corretamente, acabou por julgar improcedente o pedido do apelante.

Data máxima vênia, não pode a r. sentença ser reformada, vez que em conformidade com os ditames legais e a jurisprudência dominante, como se passa a demonstrar.

DA AUSÊNCIA DE COBERTURA PELO SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT

Conforme restou devidamente exposto na r. sentença, **as lesões alegadas pela parte apelada não guardam relação com o acidente narrado**, motivo pelo qual, não merece provimento o recurso autoral.

Ocorre que a parte Apelada relata na exordial que **sofrera acidente ocasionado por veículo automotor, todavia, em detida análise dos documentos acostados aos autos, percebe-se a ausência de elementos suficientes a atestar, cabalmente, o nexo causal entre o acidente noticiado e as lesões apresentadas.**

Temos que a denominação do Seguro em questão é autoexplicativa, pois o próprio nome do Seguro “DPVAT” é esclarecedor: “Danos Pessoais **Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre**”.

No caso em apreço, não obstante dispensável a verificação do elemento culpa, mormente por se tratar de um seguro cuja responsabilidade é objetiva, é imprescindível a verificação de nexo de causalidade entre o acidente

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



automobilístico e a suposta invalidez permanente, sob pena de inviabilizar a indenização prevista na Lei 6194/74^{1 2}

Destarte, como não há comprovação cabal do nexo causalidade entre a lesão informada e o suposto acidente noticiado, deverá ser mantida *in totum* a r. sentença que julgou improcedente o pedido autoral.

CONCLUSÃO

Diante do exposto e por tudo mais que dos autos consta, confia a Apelada no alto grau de conhecimento e zelo desta Egrégia Câmara Cível, **para que seja negado provimento ao RECURSO DE APELAÇÃO**, interposto pelo Autor, ora Apelante.

Desta feita, roga a recorrida pela manutenção integral da Sentença prolatada pelo Douto Magistrado *a quo*.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

NATAL, 21 de janeiro de 2021.

JOÃO BARBOSA
OAB/RN 980-A

ANTONIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR
5432 - OAB/RN

¹EMENTA - APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - DPVAT - PERÍCIA SUFICIENTE - PRETENSÃO A NOVA PERÍCIA OU LAUDO COMPLEMENTAR - DESNECESSIDADE - CERCEAMENTO DE DEFESA - NÃO OCORRÊNCIA - PRELIMINAR REJEITADA - MÉRITO - AUSÊNCIA DE NEXO DE CAUSALIDADE - RECURSO IMPROVIDO. Entendendo o magistrado pela suficiência dos elementos contidos nos autos, perfeitamente possível o indeferimento do pedido de realização de nova perícia, ou de complementação da já existente, não havendo falar em cerceamento de defesa. O pagamento do seguro obrigatório será efetuado mediante simples prova do acidente e da incapacidade permanente decorrente do sinistro. Se o laudo pericial comprova a inexistência de correlação entre a alegada incapacidade e o acidente, impõe-se a improcedência do pedido por falta de nexo de causalidade. (TJ-MS - APL: 00092607620098120002 MS 0009260-76.2009.8.12.0002, Relator: Des. Rubens Bergonzi Bossay, Data de Julgamento: 26/03/2013, 3ª Câmara Cível, Data de Publicação: 19/04/2013)

²SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). AÇÃO DE COBRANÇA. AFIRMAÇÃO DE INVALIDEZ PERMANENTE. NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE A INVALIDEZ E O ACIDENTE. AUSÊNCIA. IMPROCEDÊNCIA RECONHECIDA. RECURSO IMPROVIDO. Constatada pericialmente a ausência de nexo de causalidade entre o acidente narrado e a incapacidade apresentada, impossível se apresenta o reconhecimento do direito ao recebimento de qualquer valor a título de seguro DPVAT. (TJ-SP - APL: 90000717820118260577 SP 9000071-78.2011.8.26.0577, Relator: Antonio Rigolin, Data de Julgamento: 03/03/2015, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 03/03/2015)

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/RN 980-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **ANTONIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR**, inscrito na 5432 - OAB/RN, os poderes que lhes foram conferidos por **PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS e SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **FLAVIO LUIZ DA SILVA**, em curso perante a **23ª VARA CÍVEL** da comarca de **NATAL**, nos autos do Processo nº 08315017520198205001.

Rio de Janeiro, 21 de janeiro de 2021.

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/RN 980-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



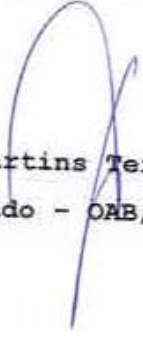
Juntada de susbstabelecimento.



SUBSTABELECIMENTO

Pelo presente instrumento de substabelecimento, **Antônio Martins Teixeira Júnior**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RN sob o nº 5.432, com endereço profissional na Sala nº 10, no Edifício CCMEAR, nesta capital, na Avenida Raimundo Chaves, nº 1947, Candelária, substabelece com reservas de poderes a **Fernanda Christina Flôr Linhares**, advogada, OAB/RN 12.101, os poderes a mim conferidos.

Natal/RN, 09 de março de 2020.



Antonio Martins Teixeira Júnior
Advogado - OAB/RN 5.432



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
23ª Vara Cível da Comarca de Natal

PROCESSO: 0831501-75.2019.8.20.5001

Certifico nesta data que em face de ter sido juntado, tempestivamente, recurso de apelação pela parte autora, conforme ID 62690514 e, em consequência dessa juntada fora acostadas aos autos, também tempestivamente, contrarrazões ao citado recurso, pela parte apelada conforme ID 64688227, com permissão do art. 1º e inciso XVII da Portaria nº 01/2019-23VC, procedo com a remessa dos autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do RN. O referido é verdade. Dou fé.

Natal/RN, 28/04/2021

Denise Simonne da Silva

Auxiliar Técnico

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Gabinete do Desembargador João Rebouças

Processo nº 0831501-75.2019.8.20.5001

ATO ORDINATÓRIO

Em conformidade com o artigo 203, § 4º, do Código de Processo Civil e considerando a Ordem de Serviço nº 01/2014-GAB, publicada em 17.10.2014, proceda a Secretaria Judiciária com a remessa do feito à Procuradoria de Justiça, para apresentar parecer de estilo no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do artigo 1.019, III, do CPC.

Natal/RN, data na assinatura digital.

Staine Darlan Ferreira do Valle
Assessor Judiciário



Do exame dos autos constata-se que a matéria posta no recurso, necessidade ou não de realização de perícia, não se vislumbra a necessidade de intervenção do Ministério Público, na qualidade de fiscal da lei, pois carente de interesse público ou social relevante, cujas partes são capazes e estão devidamente representadas.

Ao Egrégio Tribunal de Justiça para o regular processamento e julgamento do recurso.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
TERCEIRA CÂMARA CÍVEL

Processo:	APELAÇÃO CÍVEL - 0831501-75.2019.8.20.5001
Polo ativo	FLAVIO LUIZ DA SILVA
Advogado(s):	CLAUDIMIR JOSE FERREIRA VELHO
Polo passivo	SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. e outros
Advogado(s):	ANTONIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR

Apelação Cível nº 0831501-75.2019.8.20.5001

Apelante: Flávio Luiz da Silva.

Advogado: Dr. Claudimir José Ferreira Velho.

Apelado: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais S/A.

Advogado: Dr. Antônio Martins Teixeira Junior.

EMENTA: CIVIL. COBRANÇA. SEGURO DPVAT. AUTOR QUE, APESAR DE INTIMADO, NÃO APRESENTOU A DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA À REALIZAÇÃO DA PERÍCIA TÉCNICA. INVALIDEZ PERMANENTE QUE DEVE SER COMPROVADA. NÃO ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 373, I DO CPC, QUE DETERMINA AO AUTOR PROVAR O FATO CONSTITUTIVO DO SEU DIREITO. DECISÃO COM CARÁTER MERITÓRIO. EXTINÇÃO DO FEITO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. CONHECIMENTO E DESPROVIMENTO DO RECURSO. PRECEDENTES.

- É obrigação da parte autora fazer a prova do acidente e do nexo causal entre este e a sua invalidez permanente, seja total ou parcial, havendo preclusão da prova pericial quando, intimada para a realização do ato, a parte interessada permanece inerte com relação à apresentação da documentação necessária para a sua realização.

ACÓRDÃO



Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima identificadas.

Acordam os Desembargadores da Segunda Turma da Terceira Câmara Cível, à unanimidade de votos, em conhecer do recurso e lhe negar provimento, nos termos do voto do Relator, que passa a fazer parte integrante deste.

RELATÓRIO

Trata-se de Apelação Cível interposta por Flávio Luiz da Silva em face da sentença proferida pelo Juízo da 23ª Vara Cível da Comarca de Natal que, nos autos da Ação de Cobrança de Seguro DPVAT movida em desfavor de Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais S/A., julgou improcedente do pedido.

Em suas razões, aduz a parte autora, em síntese, que equivocou-se o julgador monocrático ao julgar improcedente o pedido, pois a documentação encontra-se colacionada aos autos, notadamente os prontuários médicos cirúrgicos.

Ao final, pugna pelo conhecimento e provimento do recurso para que a sentença seja anulada, a fim de que seja determinado o retorno dos autos à instância inferior para a realização de nova perícia.

Contrarrazões apresentadas pelo recorrido pelo desprovimento do recurso (ID 9466733).

A 17ª Procuradoria de Justiça declinou de sua manifestação no feito.

É o relatório.

VOTO

Presentes os requisitos de admissibilidade, conheço do recurso.

Cinge-se a análise do presente recurso **acerca da comprovação por parte do apelante de que o acidente de trânsito que o vitimou causou-lhe invalidez permanente, nos termos do que determina o art. 373, I do CPC.**

Para melhor exame da situação posta, imprescindível se faz analisar o conteúdo da **Lei nº 6.194/74**, que dispõe sobre o **Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre**, ou por sua carga, as pessoas transportadas ou não.

Inicialmente, há que se verificar a hipótese normativa trazida **art. 5º e § 1º**, da referida Lei, que prescreve:

"Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.



§ 1º . A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30 (trinta) dias da entrega dos seguintes documentos".

Desta feita, **claro está que, em se tratando de acidente causado por veículos automotores, para que o beneficiário possa perceber a indenização decorrente do seguro obrigatório (DPVAT), deve comprovar o acidente, o dano e o nexo de causalidade entre estes.**

No caso em exame, **releva ponderar que a parte autora não comprovou a ocorrência da alegada invalidez permanente, vez que, intimada para a realização da perícia médica, deixou de levar a documentação requerida pelo perito e não apresentou nenhuma justificativa para a sua inércia**, de modo que não se desincumbiu do ônus que lhe é imposto, a teor do que estabelece o Código de Processo Civil.

O presente caso não se trata de simples questão processual, mas de decisão meritória acerca da presença, ou não, **de prova cabal produzida com o fim de demonstrar o alegado pelo autor em sua petição inicial. O perito solicitou a documentação que informe o local das lesões, a exemplo da ficha de atendimento hospitalar primário e/ou do Hospital Walfredo Gurgel, não sendo suficiente apenas a guia de internação para o procedimento cirúrgico da fratura de mão (ID 9466009), sendo que, mesmo intimado para apresentar os documentos requeridos, permaneceu inerte (ID 9466725).**

Não se está aqui a questionar a existência do acidente, mas de inexistência de comprovação, nos autos, **de qualquer invalidez permanente**, seja ela total ou parcial. Assim, ainda que haja a configuração da lesão, não há nos autos comprovação de que tenha deixado sequelas a permitir a condição de invalidez permanente.

Como já enfatizado, **é obrigação da parte autora fazer a prova do acidente, do nexo causal e da sua invalidez permanente, seja total ou parcial**. No entanto, repita-se, não há prova suficiente e válida a comprovar a suposta invalidez permanente da parte autora, pois a documentação apresentada pelo autor constitui prova frágil e não suficiente para o fim a que pretende.

Assim, não tendo o autor comprovado o fato constitutivo do seu direito, ônus que lhe competia, deve ser julgado improcedente o pedido inicial.

Neste sentido, destaco o seguintes julgado **desta Egrégia Corte**:

“EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL EM AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. ALEGAÇÃO DE PERDA AUDITIVA DECORRENTE DE ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. PERÍCIA REALIZADA POR ESPECIALISTA EM ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA QUE INDICOU A NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE EXAME COMPLEMENTAR DE AUDIOMETRIA. VALIDADE. DESIGNAÇÃO DO EXPERT QUE ATENDEU A EXIGÊNCIA DO ARTIGO 465 DO CPC. PARTE AUTORA QUE SE QUEDOU INERTE AO SER INTIMADA DO LAUDO PERICIAL. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DO FATO CONSTITUTIVO DO DIREITO DO AUTOR (ART. 373, I, CPC) QUE ENSEJA EXTINÇÃO DO FEITO COM JULGAMENTO DE MÉRITO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.” (AC 0800448-18.2018.8.20.5161, Relator Desembargador Amílcar Maia, Terceira Câmara Cível, julgado em 20.10.2020).

Face ao exposto, conheço e **nego provimento** ao recurso, majorando os honorários advocatícios para 15% (quinze por cento) sobre o valor atualizado da causa, os quais restam suspensos, com fulcro nos arts. 85, §11 e 98, §3º do CPC.

É como voto.



Natal, data da sessão de julgamento.

Desembargador João Rebouças

Relator

Natal/RN, 15 de Junho de 2021.



Apelação Cível nº 0831501-75.2019.8.20.5001

Apelante: Flávio Luiz da Silva.

Advogado: Dr. Claudimir José Ferreira Velho.

Apelado: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais S/A.

Advogado: Dr. Antônio Martins Teixeira Junior.

EMENTA: CIVIL. COBRANÇA. SEGURO DPVAT. AUTOR QUE, APESAR DE INTIMADO, NÃO APRESENTOU A DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA À REALIZAÇÃO DA PERÍCIA TÉCNICA. INVALIDEZ PERMANENTE QUE DEVE SER COMPROVADA. NÃO ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 373, I DO CPC, QUE DETERMINA AO AUTOR PROVAR O FATO CONSTITUTIVO DO SEU DIREITO. DECISÃO COM CARÁTER MERITÓRIO. EXTINÇÃO DO FEITO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. CONHECIMENTO E DESPROVIMENTO DO RECURSO. PRECEDENTES.

- É obrigação da parte autora fazer a prova do acidente e do nexo causal entre este e a sua invalidez permanente, seja total ou parcial, havendo preclusão da prova pericial quando, intimada para a realização do ato, a parte interessada permanece inerte com relação à apresentação da documentação necessária para a sua realização.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima identificadas.

Acordam os Desembargadores da Segunda Turma da Terceira Câmara Cível, à unanimidade de votos, em conhecer do recurso e lhe negar provimento, nos termos do voto do Relator, que passa a fazer parte integrante deste.



VOTO

Presentes os requisitos de admissibilidade, conheço do recurso.

Cinge-se a análise do presente recurso **acerca da comprovação por parte do apelante de que o acidente de trânsito que o vitimou causou-lhe invalidez permanente, nos termos do que determina o art. 373, I do CPC.**

Para melhor exame da situação posta, imprescindível se faz analisar o conteúdo da **Lei nº 6.194/74**, que dispõe sobre o **Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre**, ou por sua carga, as pessoas transportadas ou não.

Inicialmente, há que se verificar a hipótese normativa trazida **art. 5º e § 1º**, da referida Lei, que prescreve:

"Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

§ 1º . A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30 (trinta) dias da entrega dos seguintes documentos".

Desta feita, **claro está que, em se tratando de acidente causado por veículos automotores, para que o beneficiário possa perceber a indenização decorrente do seguro obrigatório (DPVAT), deve comprovar o acidente, o dano e o nexo de causalidade entre estes.**

No caso em exame, **releva ponderar que a parte autora não comprovou a ocorrência da alegada invalidez permanente, vez que, intimada para a realização da perícia médica, deixou de levar a documentação requerida pelo perito e não apresentou nenhuma justificativa para a sua inércia**, de modo que não se desincumbiu do ônus que lhe é imposto, a teor do que estabelece o Código de Processo Civil.

O presente caso não se trata de simples questão processual, mas de decisão meritória acerca da presença, ou não, **de prova cabal produzida com o fim de demonstrar o alegado pelo autor em sua petição inicial. O perito solicitou a documentação que informe o local das lesões, a exemplo da ficha de atendimento hospitalar primário e/ou do Hospital Walfredo Gurgel**, não sendo suficiente apenas a guia de internação para o procedimento cirúrgico da fratura de mão (ID 9466009), sendo que, mesmo intimado para apresentar os documentos requeridos, permaneceu inerte (ID 9466725).

Não se está aqui a questionar a existência do acidente, mas de inexistência de comprovação, nos autos, **de qualquer invalidez permanente**, seja ela total ou parcial. Assim, ainda que haja a configuração da lesão, não há nos autos comprovação de que tenha deixado sequelas a permitir a condição de invalidez permanente.

Como já enfatizado, **é obrigação da parte autora fazer a prova do acidente, do nexo causal e da sua invalidez permanente, seja total ou parcial**. No entanto, repita-se, não há prova suficiente e válida a comprovar a suposta invalidez permanente da parte autora, pois a documentação apresentada pelo autor constitui prova frágil e não suficiente para o fim a que pretende.

Assim, não tendo o autor comprovado o fato constitutivo do seu direito, ônus que lhe competia, deve ser julgado improcedente o pedido inicial.



Neste sentido, destaco o seguintes julgado **desta Egrégia Corte**:

“EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL EM AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. ALEGAÇÃO DE PERDA AUDITIVA DECORRENTE DE ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. PERÍCIA REALIZADA POR ESPECIALISTA EM ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA QUE INDICOU A NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE EXAME COMPLEMENTAR DE AUDIOMETRIA. VALIDADE. DESIGNAÇÃO DO EXPERT QUE ATENDEU A EXIGÊNCIA DO ARTIGO 465 DO CPC. PARTE AUTORA QUE SE QUEDOU INERTE AO SER INTIMADA DO LAUDO PERICIAL. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DO FATO CONSTITUTIVO DO DIREITO DO AUTOR (ART. 373, I, CPC) QUE ENSEJA EXTINÇÃO DO FEITO COM JULGAMENTO DE MÉRITO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.” (AC 0800448-18.2018.8.20.5161, Relator Desembargador Amílcar Maia, Terceira Câmara Cível, julgado em 20.10.2020).

Face ao exposto, conheço e **nego provimento** ao recurso, majorando os honorários advocatícios para 15% (quinze por cento) sobre o valor atualizado da causa, os quais restam suspensos, com fulcro nos **arts. 85, §11 e 98, §3º do CPC**.

É como voto.

Natal, data da sessão de julgamento.

Desembargador João Rebouças

Relator



RELATÓRIO

Trata-se de Apelação Cível interposta por Flávio Luiz da Silva em face da sentença proferida pelo Juízo da 23ª Vara Cível da Comarca de Natal que, nos autos da Ação de Cobrança de Seguro DPVAT movida em desfavor de Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais S/A., julgou improcedente do pedido.

Em suas razões, aduz a parte autora, em síntese, que equivocou-se o julgador monocrático ao julgar improcedente o pedido, pois a documentação encontra-se colacionada aos autos, notadamente os prontuários médicos cirúrgicos.

Ao final, pugna pelo conhecimento e provimento do recurso para que a sentença seja anulada, a fim de que seja determinado o retorno dos autos à instância inferior para a realização de nova perícia.

Contrarrazões apresentadas pelo recorrido pelo desprovimento do recurso (ID 9466733).

A 17ª Procuradoria de Justiça declinou de sua manifestação no feito.

É o relatório.

